

DENISE DE SOUZA SIMÕES RODRIGUES

PARÁ 1935

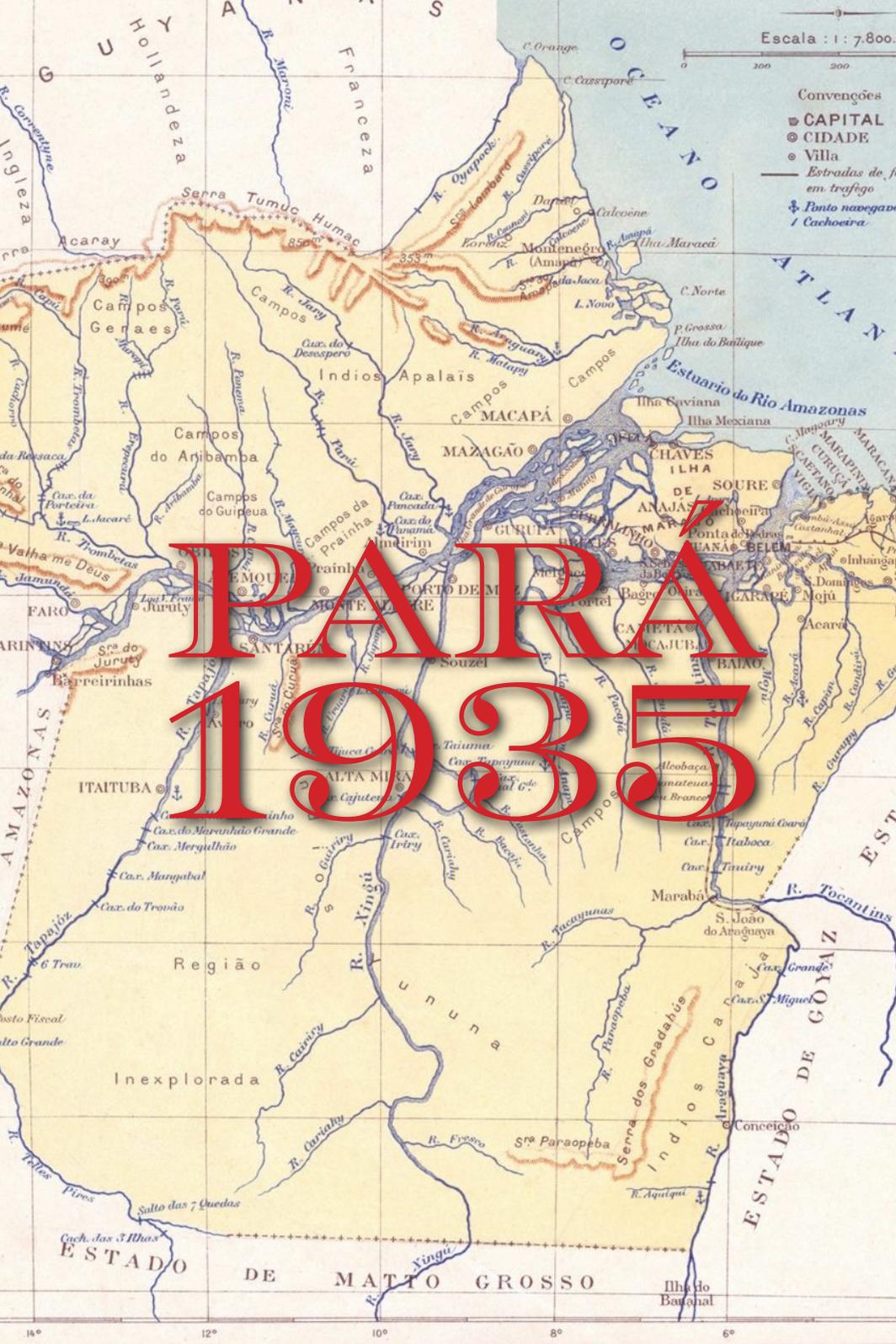
UM ESTUDO SOBRE LIDERANÇA E CONFLITO



Convenções

- CAPITAL
- CIDADE
- Villa
- Estradas de f. em tráfego
- ⚓ Ponto navegado / Cachoeira

PARA 1935



DENISE DE SOUZA SIMÕES RODRIGUES

PARÁ-1935:



UM ESTUDO SOBRE
LIDERANÇA E CONFLITO



Copyright © by Denise De Souza Simões Rodrigues
Copyright © 2023 Editora Cabana
Copyright do texto © 2023 Denise De Souza Simões Rodrigues

Todos os direitos desta edição reservados
© Direitos autorais, 2023, organizadores e autores.

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade da autora.

Diagramação, capa e Projeto gráfico: Eder Ferreira Monteiro

Edição e Coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto

Revisão: A autora

Imagens de capa: Na frente, foto de Magalhães Barata (ao centro) e os deputados que apoiavam o regime. Ao seu lado o presidente da ALEPA, o Dr. Apio Medrado. No fundo, mapa do estado do Pará em 1923.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Rodrigues, Denise de Souza Simões.

R696p

Pará-1935: um estudo sobre liderança e conflito [livro eletrônico] / Denise de Souza Simões Rodrigues. – Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

Formato: PDF

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-89849-79-7

1. História do Pará. 2. Política. 3. Magalhães Barata. I. Rodrigues, Denise de Souza Simões. II. Título.

CDD 981.15

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. História do Pará



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N.º 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 – Ananindeua – PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Anderson Dantas da Silva Brito (UFOB)

Dra. Adriana Angelita da Conceição (UFSC)

Dra. Ana Zavala (Facultad de la Cultura, Instituto
Universitario – CLAEH. Montevideo, Uruguay)

Dra. Camila Mossi de Quadros (IFPN)

Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil (UFRGS)

Dra. Cláudia Mortari (UDESC)

Dr. Francivaldo Alves Nunes (UFPA)

Dra. Juliana Teixeira Souza (UFRN)

Dra. Luciana Rossato (UDESC)

Dra. Luciana Oliveira Correia (UNEB)

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva (UEPA)

Dr. Márcio Couto Henrique (UFPA)

Dr. Sandor Fernando Bringmann (UFSC)

Apoio:



O mais forte não é nunca
assaz forte para ser sempre o senhor,
se não transforma essa força
em direito e a obediência em dever.
(Rousseau)

SUMÁRIO



Introdução.....08

CAPÍTULO I

Pressupostos teóricos.....11

CAPÍTULO II

Magalhães Barata: o carisma e suas
contradições.....30

Rápido esboço da situação sócio-econômico-política
do Pará, no período de 1930-1935.....30

A trajetória política de Magalhães Barata.....39

CAPÍTULO III

Liderança e conflito: a crise sucessória de 1935.....55

Componentes econômicos da crise.....55

Componentes políticos da crise.....59

Conclusões.....72

Bibliografia e documentação.....80

Anexos.....85

Sobre a autora.....110

INTRODUÇÃO



Quase todas as revoluções que mudaram a face dos povos, foram feitas para conseguir ou destruir a desigualdade. Se eliminarmos todas as causas secundárias que provocaram grande agitação entre os homens, a desigualdade ficará sempre como a causa fundamental.

(TOCQUEVILLE)¹

Ao escolher um tema de história regional para realizar esta dissertação de mestrado, nosso objetivo primeiro foi contribuir de algum modo para a elucidação de um passado ainda próximo, todavia mergulhado em um pesado silêncio.

Inicialmente, o projeto era bastante ambicioso. Tentaria reconstruir todo o processo revolucionário de 1930 e suas consequências em relação à sociedade como um todo, isto é, as transformações estruturais porventura ocorridas: procuraria captar também o papel desempenhado pelas classes sociais, numa tentativa de demonstrar a relevância dos seus desempenhos enquanto atores principais do processo revolucionário.

Vários problemas surgiram: uns de natureza teórica, relacionados com a amplitude da temática e suas exigências conceptuais; outros de natureza pessoal, ligados diretamente ao tempo disponível para pesquisa, etc. Isso nos levou a reduzir bastante o período a ser

¹ **TOCQUEVILLE**, Alexis de. “A Democracia na América”. Lisboa(PT), 1972. P.405.

trabalhado e conseqüentemente o conteúdo ganhou uma definição, uma especificidade, que acreditamos, resultou benéfico para um trabalho realizado quase que em nível exploratório como este.

Do projeto inicial ficou o interesse pela participação política dos grupos no jogo pelo poder. A preocupação com as alianças políticas, de que modo se articulam os interesses das diversas classes ou frações de classes. Relacionada a essa problemática também estaria situada uma avaliação de questões relativas a possibilidade da existência ou não de consciência de classe entre esses grupos que buscavam o poder.

O período selecionado foi a fase da primeira interventoria tenentista no Pará, ou seja, 1930-1935, quando o governo esteve sob o comando de Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, major do Exército, líder de muitas revoltas – 1922, 1926, e finalmente 1930. Um fato atraiu nossa atenção para esse período. Como teria sido possível, um chefe com tanto apoio popular, que havia comandado uma vitória esmagadora nas urnas em 1934, não ter sido eleito governador constitucional em abril de 1935, quando o seu partido havia conquistado nada mais, nada menos do que 21 cadeiras contra apenas 9 da oposição, na Assembléia Constituinte que elegeria o futuro chefe do Estado?

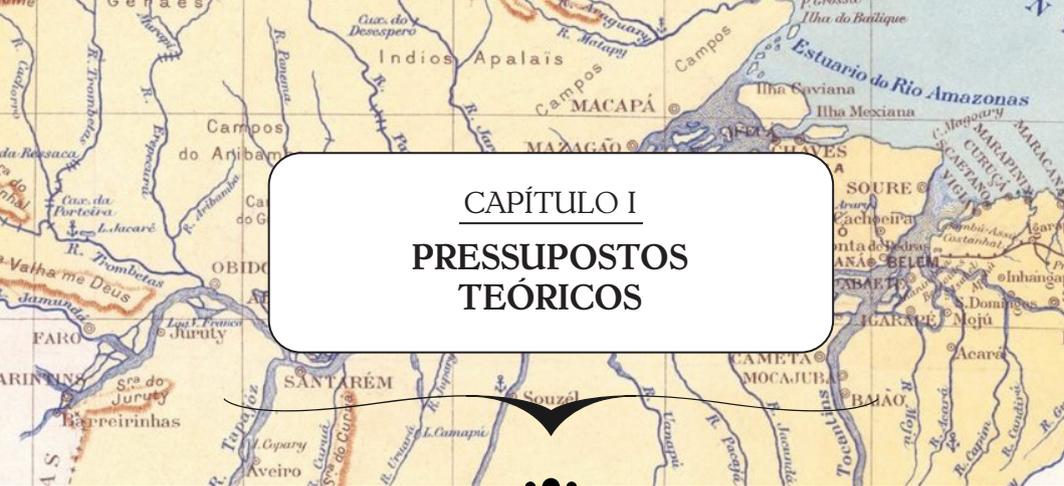
A acusação de traição, que pesou contra os deputados recém-eleitos pelo Partido Liberal e que passaram para a oposição, não solucionaria o problema de ter havido a dissidência dentro de um partido vitorioso, cujo chefe possuía um inegável prestígio junto às massas, um apelo nitidamente carismático.

A análise que se tentará, irá lidar com conceitos ainda problemáticos como os de crise e conjuntura,

mas só assim acreditamos ser possível captar toda a riqueza do movimento das forças sociais em busca de sua realidade efetiva. Para explicar a dissidência é preciso reconstruir a realidade histórica do momento, da situação de crise, o impasse surgido e finalmente o desfecho havido, com todas as suas implicações. Como fazer isso? Que fatores buscar? Tentamos produzir essa reconstrução do momento histórico a partir dos jornais da época, arquivos de algumas pessoas importantes no período em estudo e depoimentos de atores relevantes no processo.

Em relação ao tratamento teórico dos dados obtidos, a questão de optar por esta ou aquela teoria acabaria por nos conduzir a uma crucial decisão – colocar em relevo o papel desempenhado pelas lideranças do período e os conflitos que surgem como consequência do choque de interesses tão divergentes quanto variados. Dessa maneira seria possível, acreditamos, ver os indivíduos sem perder a ação dos grupos que eles representavam. Como a figura de Magalhães Barata polariza, divide radicalmente as opiniões, concentramos sobre ele nossa atenção maior; assim como privilegiamos um outro ator, cuja atuação é muito clara e destacada no período – os comerciantes.

A singularidade da figura de Magalhães Barata nos conduziu de imediato a utilização do conceito weberiano do carisma e dos problemas decorrentes do seu processo de institucionalização. Por esse caminho se procurará explicar os acontecimentos que culminaram com o afastamento do líder, impossibilitado de exercer o governo constitucional de seu Estado.



CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A crise sucessória de 1935 no Pará, inscreve-se num contexto mais amplo, a nível nacional que corresponde a primeira fase da Revolução de 1930, caracterizada pela busca de um novo pacto social, momento político bastante instável, onde os conflitos, a luta pelo poder constituem o aspecto essencial do processo.

O movimento revolucionário de 1930 tem sido interpretado sob diferentes concepções teóricas. O presente trabalho utilizará a abordagem formulada por Luciano **Martins** em “Politique et Developpment Economique: Structures de Pouvoir et Systeme de Decisions au Brasil (1930-1964)”.¹ Partindo do conceito de “modernização conservadora”², o autor constrói sua hipótese central:

¹ **MARTINS**, Luciano. “Politique et Developpment Economique: Structures de Pouvoir et Systeme de Decisions au Brasil (1930-1964)”. Tese de Doutorado, Paris(FR), 1973.

² O conceito de “modernização conservadora”, assim como foi definido por Moore, Marrington, “Los Origenes Sociales de la Dictadura y de la Democracia, Barcelona, Ediciones 62 S/A, 1973, P. 353 e seguintes, pode ser entendido como um processo de modernização implementado pelas elites, de cima para baixo, onde a estrutura social primitiva fica mais ou menos intocada.

(...) c'est sous l'égide autoritaire d'une coalition formes par les elites agraires, industrielles, commerciales et bureaucratiques que se realise, au Brasil, le passage, d'une economie tournée vers l'exportation de produits primaires à une economie exée sur l'industrialisation; cette coalition des elites est dirigide, em dernière analyse, contra les masses des viles et de la campagne, bien que les elites aiente réussi a mobiliser solvente l'appui des ces classes.³

Sua preocupação é analisar a evolução política do Brasil à luz das condições históricas que permitiram a coalisção das elites e que estão no cerne do processo de “modernização conservadora” do país. A formação e evolução dessa coalisção está diretamente relacionada com sua preocupação de explicar o processo de tomada de decisões dentro de uma política desenvolvimentista, demarcando a posição dos atores nesse processo. Por outro lado é preciso fazer referência à concepção de elite que Luciano **Martins** utiliza em seu trabalho.

(...) Par elites je veux simplement designer les groupes etles individus placés le plus, haut dans les echelles de prestige, d'influence et de pouvoir existant à l'interterieur d'une structure de domination donnée.

S'elever à ces positions implique posse der um certain nombre de ressources politiques et adhérrer aux règles du jeu.⁴

Esses grupos se estruturam dentro de um padrão de dominação, que o autor caracteriza como dotado de um estilo representativo-paternalista no relacionamen-

³ MARTINS, Luciano. Op. Cit., P. X.

⁴ MARTINS, Luciano. Op. Cit., P. IV.

to elitesmassas; e no que diz respeito ao seu conteúdo, pela apropriação de alguns privilégios muito importantes, por grupos reduzidos. Tais privilégios se referem aos recursos econômicos (propriedade e renda), as oportunidades de aperfeiçoamento da personalidade (acesso à informação) e recursos políticos (influência e poder).

A passagem da economia brasileira baseada no modelo agrário-exportador para uma economia caracterizada pela industrialização, ocorre a partir de uma coalisão das elites agrárias, industriais, comerciais e burocráticas, coalisão marcada pelo autoritarismo, contra o campesinato e proletariado urbano.

O objetivo seria a compatibilização do desenvolvimento com a conservação das diferentes estruturas de dominação. A preocupação de Luciano **Martins** é determinar as condições históricas que:

a) Tornam compatíveis e até mesmo complementares, os interesses dos setores agrário e industrial;

b) Fazem com que os detentores do poder sejam contestados enquanto classe dirigente, mas não enquanto classe dominante.

O autor acredita que essa viabilização de interesses conflituais mas não antagônicos se dá através da manutenção da estrutura agrária, do latifúndio.

Os movimentos revolucionários, golpes de Estado e outros, são movimentos que representam a acomodação de novas facções das elites no interior do sistema político e/ou uma reação conjunta das elites e toda possibilidade, real ou imaginária, de ascensão das massas.

Tanto a negociação inter-elites (“mudanças de equilíbrio”), como as lutas de classes “preventivas”, tornam em última análise, muito difícil a inclusão de novas camadas sociais na vida política e econômica do país. Não ocorrem transformações profundas no universo das elites, o não-antagonismo de seus interesses favorece a justaposição de novas elites muito mais do que a simples eliminação das elites mais antigas. Essa composição variada é muito importante para a compreensão do modelo não-antagônico, sempre acompanhado de vários princípios de legitimação.⁵ Como o autor postula, a renovação relativamente intensa no interior do universo das elites, reflete mudanças ocorridas no interior de uma classe e não mudança de posição das classes dentro da sociedade.

O processo de substituição de atores dentro do universo das elites se dá em dois níveis: o primeiro, a transferência de comando e o segundo, representado pelo processo de cooptação de membros da não-elite pela elite.

(...) Dans le premier cas, le changement de position se fait de “plein droit”, dans le sens qu’il résulte d’une prise sur des ressources politiques propres. Dans le second cas, le changement de position est octroyé, c’est-à-dire accordé à titre de faveur et autoritairement réglé. Du premier phénomène peut résulter un changement des règles du jeu; du second, ne résulte que l’inclusion des nouveaux partenaires au jeu qui garantit la domination des elites (...).⁶

A crise política que marca a década de 20 e os sucessivos movimentos de rebeldia que ocorrem nesse

⁵ MARTINS, Luciano. Se refere a existência da legitimação tradicional do coronel, legitimação legal das cidades, e legitimação carismática dos líderes populares.

⁶ MARTINS, Luciano. Op. Cit., P. XV.

período são um indicador seguro dessa instabilidade, refletem a insatisfação reinante no país, dão a medida da incapacidade do sistema oligárquico em lidar com as demandas oriundas dos setores médios da sociedade ou ainda, de articular e de agregar os novos interesses gerados pela urbanização e industrialização. A crítica ao Estado Oligárquico é portanto, realizada pelos setores médios e pelo proletariado urbano, pelas novas associações voluntaristas ligadas ao movimento operário.⁷ A repressão à contestação desses setores atinge brutalmente a organização do operariado; além da cooptação, a abundância de mão de obra decorrente das migrações internas são as armas que as elites empunharão com eficácia para conter a agressividade do movimento operário a partir dos anos 20.

O movimento tenentista é focado em muitas análises, como o reflexo imediato da insatisfação das classes médias. Compartilhamos com o autor a opinião de que esse aspecto é apenas um dos componentes possíveis. Existem outros como a frustração de alguns setores oligárquicos ligados a regiões políticas e economicamente menos favorecidas; há também a problemática interna das forças armadas, desejosas de uma participação mais efetiva no jogo político, como força autônoma e burocraticamente mais eficiente.

(...) le tenentisme qui ne va se définir effectivement que dans la pratique politique, après la Revolutio de 30, à travers um large clivage de positions, renferme dans les annés 20, um spectre d'aspirations et de revendications large et confus: sentiments anti-oligarchiques, hosti-

⁷ Ligas operárias, associações de socorro mútuo e sociedades de resistência. As greves são muito frequentes nas primeiras décadas do século.

lité à l'égard des "politiciens", regenerations des "moeurs", nationalisme, essais de modernisation, etc. (...) Le tenentisme recouvre tout un gradient d'alliances possibles entre des secteurs urbains mécontents et des militaires décidés à ouvrir de nouveaux d'ascension sociale et de participation politique (...).⁸

Para Luciano **Martins** a Revolução de 1930 é uma revolução das elites. O rompimento que possibilita a eclosão do movimento revolucionário se dá ao nível dos suportes básicos do Estado Oligárquico, isto é, o rompimento do pacto político que credencia alguns estados como eleitores privilegiados no processo de escolha do presidente da República. O conflito que se instala no universo das elites – e não a contestação tenentista e urbana – é a fratura séria do sistema que levará à revolução. Cabe aqui uma pequena referência ao pacto mencionado acima. O poder político de cada Estado da Federação dependia do seu nível de desenvolvimento econômico e do seu contingente eleitoral. A chamada "política dos governadores" desenvolvida por Campos Sales e aceita mesmo depois de sua substituição na presidência, concentrará enormes poderes nas mãos do presidente da República e privilegiará alguns Estados como eleitores decisivos na escolha do futuro presidente, mediante um sistema de apoio, fortalecimento e/ou reconhecimento das oligarquias regionais, dos chamados "sub-sistemas" regionais de poder situados nos Estados mais atrasados e de fraca representação eleitoral.

Os Estados cujo peso político decide a escolha do presidente da República são: Minas Gerais e São Paulo; o terceiro Estado com poder de barganha é o Rio Grande

⁸ MARTINS, Luciano. Op. Cit., P. 97.

do Sul. A alternância no poder se faz com a escolha ora de um paulista ora de um mineiro. Isso não impede que os sub-sistemas tentem contestar esse estado de coisas vigentes⁹; mas a contestação só ameaça realmente o pacto quando Washington Luis, presidente da República e paulista, insiste em indicar o seu sucessor, Júlio Prestes, também paulista. As fortes oligarquias de Minas Gerais e Rio Grande do Sul não aceitaram isso, e o conflito político permite a formação da Aliança Liberal entre esses Estados dissidentes mais um pequeno Estado do Nordeste, a Paraíba, onde a insatisfação com essa situação também era bastante elevada.

A Aliança Liberal apresenta como candidatos os Srs. Getúlio Vargas para presidente e João Pessoa para vice. A derrota já era mais ou menos previsível, dado o sistema de apuração e confirmação dos candidatos eleitos e da fraude que campeava sem freios em todos os Estados, a máquina política do executivo dificilmente perderia as eleições contando com tantos meios para fraudá-la.

O pacto portanto era aceito porque se assentava na compatibilidade dos interesses e econômicos dessas oligarquias e o rompimento político reflete um momento de tensão entre esses interesses, quando a viabilidade do pacto começa a ser contestada mais firmemente pelos Estados excluídos das benesses do poder e ansiosos por uma participação maior no cenário político capaz de produzir efeitos concretos em termos de políticas públicas, dotações de verbas e/ou benefícios sócio-econômicos.

A conspiração que prepara a Revolução de 1930 segundo Luciano **Martins** se dá em três instâncias: a

⁹ Como por exemplo, quando da candidatura de Nilo Peçanha por Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro contra A. Bernardes, candidato por São Paulo e Minas Gerais.

atuação dos tenentes, a participação dos políticos jovens, a facção ilustrada das oligarquias e a atuação dos chefes oligarcas (decisiva segundo ele). As aspirações tenentistas são vagas, de concreto pretendem a instituição do voto secreto e uma vaga concepção de “organização social” saneada e moralizada; a proposta da facção “ilustrada” é também bastante fluída, baseada na ampliação da democracia, no desenvolvimento econômico e no temor à ameaça comunista; os objetivos mais claros são os dos chefes oligarcas, para quem a Revolução viria restaurar as regras do jogo rompidas por São Paulo e coibir a ameaça de ingerência da união na autonomia dos Estados e em última análise nos re-dutos das oligarquias. Como admitir partilhar o poder local, oriundo do controle político-administrativo do Estado? Situação insustentável para essas oligarquias. A articulação entre elas e o movimento tenentista é feita através da facção “ilustrada” não sem a desconfiança e suspeitas dos tenentes que já haviam lutado contra elas em várias sublevações.

A revolução na verdade deve ser encarada sob um prisma bastante cuidadoso; sua constituição como tal se torna problemática à medida em que se analisa o desenrolar dos confrontos armados, bastante modestos, algumas vezes não ultrapassando demonstrações de força das facções envolvidas e de alcance bastante reduzido.

Com o triunfo da revolução, as oligarquias vão exigir a volta das regras do jogo anterior.

(...) une fois les revolutionnaires arrivés au pouvoir commence cependant um processus d'épuration (...).¹⁰

¹⁰ MARTINS, Luciano. O. Cit. P.109.

A crise econômico-político-social que já se arrastava por vários anos no Pará levou o governo do Estado a uma situação dramática, de total descrédito perante o povo. O atraso no pagamento dos vencimentos do funcionalismo público e dos empréstimos assumidos com instituições públicas e particulares são indicadores valiosos da situação de descalabro, de desorganização administrativa do aparelho do Estado. No período, os grupos políticos mais importantes no Estado ainda eram os “lauristas” e “lemistas” adeptos respectivamente das lideranças políticas de Lauro Sodré e dos herdeiros políticos de Antonio Lemos.

Os vários rompimentos no universo das elites dominantes no Pará, deram origem a diversas facções que disputavam violentamente o poder entre si. Para compreender o processo em que se estruturam as alianças políticas pós-30 no Pará, é necessário recuar até a República Velha, pois os grupos do período pós-30 são remanescentes dos dois grandes chefes regionais – Antonio Lemos e Lauro Sodré – que pontificaram nessa época.

A partir de 1870 a idéia republicana já encontra muitos adeptos no Pará, em 1876 funda-se o Clube Republicano, onde se aglutinariam os maiores expoentes do Partido Liberal que fazia a oposição ao governo imperial. Além desses políticos o Clube também atrairia jornalistas, isto é, aparentemente sem filiação partidária formal. Proclamada a República, organizam-se os novos partidos e logo aparecem indícios de uma divisão ou melhor dizendo, de um remanejamento das lideranças republicanas em luta pela posse do “ideal republicano”. Os próceres do Partido Liberal fundam o Partido Democrático Republicano, em dezembro de 1889, enquanto os

líderes do Clube Republicano ainda se organizam em congresso para dar origem, em janeiro de 1890, ao Partido Republicano Paraense.

A primeira oportunidade de confronto surge com a eleição para a formação da Assembléia Constituinte, onde a força do Partido Republicano Paraense é demonstrada de modo incontestado. Confirmando a asserção de Luciano Martins, as mudanças ocorridas no universo das elites, são “mudanças de equilíbrio”. Não se cogitam mudanças estruturais, a manutenção das estruturas de dominação, o autoritarismo que permeia a instância político-social pode ser ilustrado com inúmeros fatos. A cisão do Partido Republicano Paraense em 1897, por exemplo, é uma demonstração desse mecanismo ou artifício que consegue a partilha do poder sem trazer maiores riscos para as oligarquias, do que uma divisão quase que “familiar” da posse do Estado.

Desde as primeiras eleições republicanas vêm sendo geradas, no seio do Partido Republicano Paraense, três correntes ou facções – a comandada por Lauro Sodré, a comandada por Justo Chermont e a liderada por Antonio Lemos, secretário do partido. Com o primeiro eleito para o governo estadual, o segundo para senador (e depois Ministro das Relações Exteriores), Antonio Lemos realizará um trabalho a longo prazo para conquistar o domínio político através do controle da máquina partidária. O momento da escalada surge com o fim do mandato de governador de Lauro Sodré, o ajustamento desse líder para o Rio de Janeiro e uma crise nacional como pretexto.¹¹ Contando com a lealda-

¹¹ Essa crise ocorre entre Prudente de Morais, General Francisco Glicério e os deputados Arthur Rios e Rosa e Silva. Lauro Sodré alinha-se com Francisco Glicério. A cisão em nível nacional do Partido Republicano acabaria se difundindo aos Estados, onde as facções só aguardavam um bom motivo para isso.

de de Augusto Montenegro e de Justo Chermont,¹² e tendo sido escolhido para Intendente Municipal, Antonio Lemos apoia o governo, na pessoa de Prudente de Moraes, alinhando a si e ao Partido Republicano Paraense com a “situação” federal.

O rompimento no interior do Partido Republicano Paraense daria origem a formação do Partido Republicano Federal, liderado por Lauro Sodré, mas custaria a esse líder o afastamento do poder no Estado por quinze anos consecutivos, entre a ascensão e queda de Antonio Lemos. A consolidação do poder de Lemos muito deve a sua oportuna decisão em manter Augusto Montenegro no governo do Estado por dois mandatos consecutivos, para isso reformando até a Constituição Estadual, que vedava a reeleição. Mas, decisivo mesmo, foi a permanência dele na Intendência até 1911, com total controle do aparelho do Estado, nomeando ou admitindo segundo seus interesses políticos.

Quando Augusto Montenegro escolhe o candidato a sucessão (e virtual governador, dado o sistema de eleição e apuração fraudulento vigente na época), na pessoa de João Coelho, a manutenção do poder por Antonio Lemos se torna problemática. Trata-se de alguém que não faria o jogo político necessário para a permanência de Lemos no poder, talvez por ambições próprias de mando absoluto.

Em 1911 ocorreu uma nova cisão no seio do Partido Republicano Paraense, ruptura que já se delineava em 1910, quando o governador começa a enfrentar abertamente o velho líder do partido, negan-

¹² Em 1900, após ser preterido por Antonio Lemos na candidatura ao Governo do Estado, Justo Chermont aderirá ao Partido Republicano Federal.

do-lhe nomeações ou demissões, protegendo, enfim, os seus inimigos políticos. agita-se a cidade, discorda-se dos projetos da Intendência, Lemos renuncia¹³ e viaja para a Europa. Inconformados em perderem o poder, os lemistas criam novo partido, o Partido Republicano Conservador, ficando João Coelho como chefe do Partido Republicano Paraense.

Com a proximidade das eleições em 1912, a crise se instala – ninguém quer perder o poder que possui e outros querem voltar a mandar. O resultado só poderia ser a conciliação, típico recurso dos donos do poder para compor alianças insuspeitadas. O líder que orienta a composição é Lauro Sodré, o único nome com trânsito livre em todos os partidos e em todas as correntes dentro do universo das elites no Pará. Dotado de prestígio local e nacional, Lauro Sodré é o recurso contra a possibilidade sempre temida: novos participantes e mais exigentes no jogo político. O grande sacrificado na substituição no poder foi o Partido Republicano Paraense, cuja capacidade de articulação política de seu líder, João Coelho, não era tão forte quanto ele supunha. Venceu a tradição, mais uma vez.¹⁴

Os anos subsequentes serão de grave crise econômica, com a produção de borracha asiática esmagando a exportação amazônica, crise que poderia ser pressentida desde 1907, pelos constantes aumentos da produção asiá-

¹³ Antonio Lemos em seus 14 anos como Intendente, foi responsável pela Urbanização de Belém, por sua transformação em uma cidade moderna. O projeto recusado, motivo da crise, tratava do saneamento e urbanização de uma área compreendendo dois bairros atuais de Belém, Reduto e Umarizal.

¹⁴ Resultado da Conciliação em 1913: Governo do Estado (PRF). Governo do Município (PRC, depois substituído pelo PRF). Senado Federal (PRF – Lauro Sodré). Congresso Estadual (Senadores: 02 para cada partido; Deputados: 07 para o PRC; 12 para o PRP e 08 para o PRF). Conselho Municipal (02 vogais para cada partido).

tica e que se torna uma realidade dramática em 1913, quando a nossa produção é superada pela asiática. O agravamento da situação levaria, em 1919, a estes dados: 34.285 tm amazônicas contra 381.860 tm asiáticas. Com esse programa, não são de se estranhar as ingentes tentativas de superação interna das crises partidárias e o quadro das agremiações políticas permanece inalterado.

Os anos que antecedem 1930 são desesperadores para a vida do Estado, não há dinheiro para obras nem para pagar os serviços públicos. A sucessão dos movimentos de rebeldia no interior das Forças Armadas, encontra um pálido eco nas camadas mais baixas da população, profundamente dependentes das oligarquias e uma ressonância maior nas camadas médias urbanas, empurradas cada vez mais para a pobreza, agulhoadas pela falta de oportunidades, desde que o aparelho do Estado deixa de oferecer condições para a cooptação, essas camadas serão mais receptivas à rebeldia tenentista. Mas a adesão ao ideário tenentista ou das facções ilustradas das elites, tem que ser analisadas tendo em vista os laços de dependência e lealdade que essas camadas também mantém com as elites dominadas. O cansaço, a frustração com o desempenho das elites, o envelhecimento e rigidez das estruturas do sistema político clamavam por mudanças. Conspirava-se contra o regime personalizado através de suas lideranças “carcomidas”, mas não se questionava as bases de sua dominação, não se pretendia uma transformação profunda das estruturas sociais e política.

No Pará a elite dominante havia realizado sem problemas maiores a eleição e como ordenava a praxe, empossando seus candidatos. Ideologicamente os cons-

piradores não diferiam essencialmente dessa elite dominante, e nem poderia ser de outro modo. Os conspiradores eram parte do universo das elites, apenas não estavam no exercício do poder, mas seus valores eram fundamentalmente semelhantes. Ainda que alguns não pertencessem às grandes e tradicionais famílias, sua educação estabelecia o vínculo necessário, conferia o elemento capaz de legitimar anseios de participação no poder. Qual o tipo de revolução defendida por esses atores? Propunham o fim das desigualdades sociais, políticas e econômicas? Discutiam uma forma viável de implementar mudanças? Não, não havia um projeto político claramente delineado pela vertente modernizante do movimento revolucionário de 1930.

As idéias tenentistas não iam além de uma visão restauradora da moral política através de eleições livres e honestas e do saneamento das finanças públicas, esperando um melhor desempenho administrativo a partir de uma ordenação racional dos recursos versus necessidades sociais – saúde, educação – além de um fortalecimento das Forças Armadas e o reconhecimento de sua importância como ator no jogo político.

Em relação aos representantes mais expressivos das camadas médias e das elites, a preocupação dominante é abrir espaços para a sua participação política, a defesa dos ideais liberais de democracia ampla, eleições honestas, fortalecimento do poder judiciário, a defesa dos direitos e garantias individuais são as bandeiras desses conspiradores.

O elitismo da proposta é visível. Em nenhum momento, por exemplo, aparece a problemática do operário ou do sistema de aviação que virtualmente leva

o indivíduo a um estado de semi-servidão. As bases do latifúndio seja ele agro-pastoril ou extrativista permanecerão intocadas. Como afirma Luciano **Martins**, a elite é contestada enquanto classe dirigente, mas não como classe dominante.

Nesse quadro contraditório haverá lugar para o herói, para o indivíduo que polariza e polemiza a situação. A própria natureza do processo revolucionário gera os seus líderes. Somatório das contradições do movimento revolucionário, esse líder não é passível de um entendimento linear.¹⁵ A complexidade de sua personalidade o transforma em mito, odiado ou amado na mesma proporção da violência com que sua atuação desequilibra a luta pelo poder. A compreensão da primeira fase do movimento revolucionário de 1930 no Pará, encontra em Magalhães Barata a figura rica e polêmica do líder que extrapola sua própria condição de liderança para ganhar a mitificação destinada aos heróis populares.

Ainda que o processo revolucionário o tivesse gerado até mesmo como produto necessário ao desenrolar dos acontecimentos, fruto das incertezas e ambiguidades de um movimento elitista, é certo que acreditando-se um predestinado, a força de sua liderança pessoal foi muito importante no decorrer dos primeiros cinco anos pós Revolução de 1930 no Pará.

¹⁵ (...) “Levando em conta a heterogeneidade de variáveis que encobre o conceito de **conjuntura**, e sua decorrente fluidez, seria difícil ignorar o papel central que nela desempenham os atores – indivíduos, que pouco provavelmente poderão ser identificados a la lettre com interesses específicos de categorias e grupos: existe sempre margem de combinação e composição sobre a qual repousa o desempenho, dando ao ator a especificidade que o distingue dos demais, e a necessária legitimidade política. Evidentemente, **a pauta de alternativas de ação é historicamente dada**” (...) CAMARGO, Aspasia A. “O Ator, o Pesquisador e a História: Impasses Metodológicos na Implantação do CPDOC”. P. 289. In. “A Aventura Sociológica”. NUNES, E. O. (Org.). Rio de Janeiro(RJ): ZAHAR, 1978. (os grifos são do autor).

Tomando o poder, era preciso proceder as reformas administrativas difundidas pela propaganda revolucionária. O governo foi assumido por uma junta governativa até que foi nomeado o Interventor – Tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, paraense bastante conhecido por sua participação nos movimentos de 1922 e 1924. A preocupação em provocar mudanças efetivas, dentro dos limites da proposta tenentista, dominou a ação do Interventor, levando-o a assumir posições perigosas porque feriam interesses pessoais importantes no jogo político ou porque eram posições marcadas pelo autoritarismo, pelo arbítrio. Na verdade, teceu-se em torno de Magalhães Barata o rendilhado envolvente do carisma. Assim a nossa primeira proposição é que somente uma forte liderança pessoal, marcada pelo toque de excepcionalidade, poderia ter produzido adesões tão incondicionais e ter aglutinado contra si oposições de todos os matizes possíveis.

Segundo Max **Weber** (1969), a estrutura de uma forma de dominação recebe seu caráter sociológico em razão do modo característico geral em que se efetua e relação entre o senhor ou senhores e o aparato de mando e entre ambos e os dominados, assim como se organiza a distribuição dos poderes de mando. A dominação carismática

(...) “descansa en la entrega extracotidiana a la santidad, heroísmo o ejemplaredad de una persona y as las ordenaciones por ella creadas o reveladas (...).¹⁶

(...) En su forma genuína la dominación es de carácter específicamente extraordinario y fuera de

¹⁶ **WEBER**, Max. “Economía y Sociedad”. México. Fondo de Cultura Económica. 1969, 2v, P. 172 e seguintes.

lo cotidiano, representand una relación social rigurosamente personal, unida a la validez carismática de cualidades personales y su corroboración. En el caso de que no sea puramente efímera sino que tome el carácter de una relación duradera – “congregación” de creyentes, comunidad de guerreros o de discípulos, o asociación de partido, o asociación política o hierocrática – la dominación carismática que, por decirlo así, sólo existió en statu nascendi, tiene que variar esencialmente su carácter: se racionaliza o ambas cosas en vários aspectos” (...).¹⁷

Sendo a dominação carismática absolutamente excepcional e temporária, existe a tendência de legitimação das posições de mando e manutenção das probabilidades econômicas em benefício do séquito e dos adeptos do caudilho, isto é, transformar o que é transitório e instável em duradouro, o que é correspondente a uma época ou pessoa em algo habitual e cotidiano. Esse processo de transformação atinge a essência da dominação carismática, mudando-lhe completamente a estrutura enquanto forma de dominação. É uma transformação que não se processa sem crise, e aquela autoridade que se impôs pela crítica e derrubada de valores tradicionais, que lutou contra uma ordem considerada legal, em vez de manter-se revolucionariamente só poderá permanecer enquanto forma de dominação se alterar profundamente sua estrutura interna. Para legitimar-se apela aos “direitos adquiridos” no decorrer da luta. A crise se instala justamente quando se dá o confronto entre as exigências do líder carismático e seu séquito e as necessidades e aspirações da sociedade

¹⁷ WEBER, Max. Op. Cit. P. 197. (os grifos são do autor).

na qual está situado. Derivamos aqui a nossa segunda proposição: a crise política de 1935 é uma consequência natural do choque entre demandas divergentes quanto ao processo de legitimação que visa institucionalizar os resultados políticos obtidos pelos diversos grupos envolvidos no movimento revolucionário de 1930.

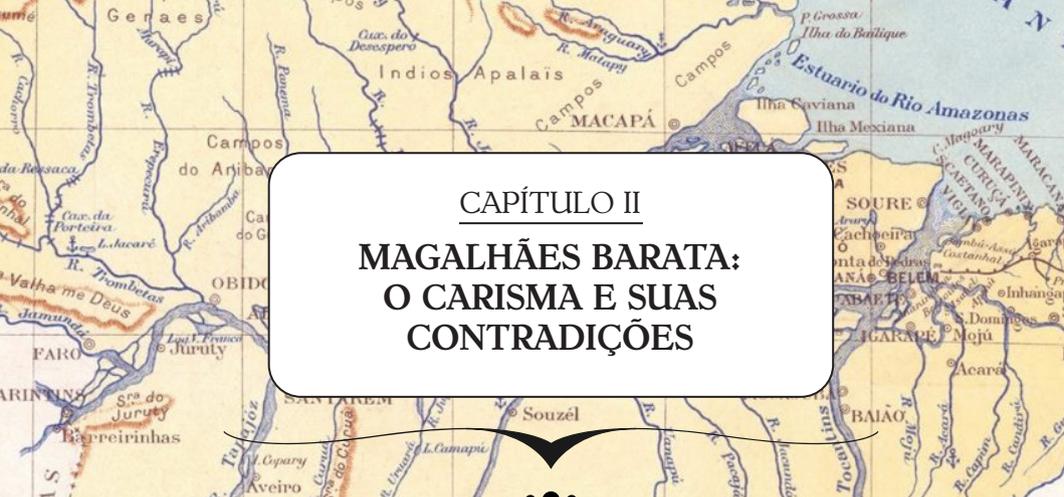
Logo após a vitória da Revolução de 30, os líderes procuraram capitalizar os resultados e, então uma intensa mobilização das massas urbanas foi empreendida. Em 1931 foram criadas associações de cunho civilista com o objetivo de difundir o ideário revolucionário e formar a juventude dentro de saudáveis padrões morais e cívicos. São dessa natureza o Clube 24 de Outubro e as chamadas Legiões de Outubro, como também outras de menor relevância e alcance – PODER, RUPP – ou ainda outras cujo papel ainda está por merecer análise mais detalhada e que poderíamos denominar genericamente de integralistas.

Além dessas associações, existe a proliferação dos partidos políticos, sendo o principal aquele fundado por inspiração do Interventor e líderes revolucionários mais relevantes – o Partido Liberal.¹⁸ Os conflitos se agudizam com a exacerbação da autoridade carismática representada pela pessoa do Interventor. As demandas pelo estabelecimento de uma ordenação legal, pela vigência da competência, impessoalidade, neutralidade no trato da coisa pública, chocam-se com as expectativas de poder tanto do Interventor quanto do seu séquito.

O rompimento entre os revolucionários “históricos” já havia ocorrido logo no segundo ano depois da vi-

¹⁸ Datam do mesmo período os seguintes partidos: Partido Popular do Pará; Partido Social Trabalhista; Partido Trabalhista.

tória e essa ruptura era mais ou menos esperada, dadas as características ideológicas do movimento revolucionário já por nós analisadas anteriormente. A aglutinação desses dissidentes em partidos também seria previsível, mas o abuso do poder, a imaturidade política de Magalhães Barata, lhe custou caro: possibilitou a formação de uma frente ampla de oposições que acabariam atraindo não só os remanescentes dos partidos Republicano Paraense, Republicano Federal e Republicano Conservador, como uma das facções em que se achava cindido o Partido Liberal e que seria responsável pela sua derrota na eleição para o governo do Estado, apesar da mobilização popular extra, empreendida através da criação das Concentrações Políticas Magalhães Barata.



CAPÍTULO II

MAGALHÃES BARATA: O CARISMA E SUAS CONTRADIÇÕES

RÁPIDO ESBOÇO DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICO- POLÍTICA DO PARÁ, NO PERÍODO DE 1930-1935:

O quadro geral da vida paraense não é dos melhores nos anos imediatamente anteriores à eclosão do movimento revolucionário de 1930. Há muitos anos o Estado vivia uma crise intermitente em termos econômicos, desde que o preço da borracha caiu assustadoramente no mercado internacional.¹ Tendo sua economia basicamente voltada para os mercados externos se tornou desse modo, bastante vulnerável às oscilações frequentes dos preços nesses mercados.

A Amazônia de modo geral e o Pará em particular, constituem um exemplo típico da expansão predatória

¹ Quando a produção originária das plantações racionais da Ásia entrou no mercado internacional. Até 1906 era insignificante, em relação à produção brasileira, cerca de 615 tm; foi aumentando ano a ano e já em 1912 era de 28.194 tm. No ano seguinte suplantava a produção brasileira com 47.618 tm e foi num crescendo até alcançar a inacreditável cifra de 381.860 em 1919, contra apenas 34.285 tm da produção brasileira. Dados citados por SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira em que tese de mestrado "História Econômica da Amazônia (1800-1920)", II vol.

do capitalismo mundial, servindo como fornecedores de matérias primas indispensáveis a esse avanço, não conseguiram desenvolver estruturas políticas, sociais e econômicas, capazes de resistir aos impactos oriundos dessas crises em nível internacional, ou mesmo suportar o peso das manobras comuns do capitalismo monopolístico.

Esse problema já era percebido em 1920, quando a crise já havia se desenvolvido o suficiente, para que pessoas mais lúcidas e estudiosas das causas que haviam levado o Pará a quase insolvência, se manifestassem em obras como a de Luís **Cordeiro**² que ao analisar a estrutura econômica e o valor das exportações da borracha entre 1903 e 1912, conclui que, se uma parte da quantia obtida com a borracha tivesse aplicada devidamente, desenvolvida a pecuária e a agricultura, bem outra seria a condição do Pará.

A comprovada incapacidade da economia extrativa proporcionar meios eficientes para a expansão de outras atividades como a pecuária, agricultura ou indústria tem muito a ver com o tipo de relações de produção se estruturam, principalmente através do **sistema de aviamento**,³ que resulta no estabelecimento de uma de-

² **CORDEIRO**, Luís. “O Estado do Pará, Seu Comércio e Indústrias de 1719-1920”. P. 256.

³ **Sistema de Aviamento**. “Aviar”, na Amazônia, significa fornecer mercadorias à crédito. O “aviador” de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo “aviador”, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas um acréscimo por juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar de “juros extras”. Esse “aviador”, por seu turno era “aviado” por outro e também pagava “juros extras” apreciavelmente altos. No cume da cadeia estavam as firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda por via do engenhoso mecanismo dos “juros extras” e do rebaixamento do preço local da borracha. A cadeia era simplificada quando o seringalista se tornava um empresário de certa envergadura. Neste caso, ele próprio se constituía

pendência asfixiante do pequeno produtor independente do capital comercial das grandes casas aviadoras e dos que exportavam a borracha para o exterior.

As características da região, a localização das seringueiras, também condicionariam a produção em relação, por exemplo, ao transporte, que será essencialmente fluvial e não exigirá grandes investimentos por outro lado, a necessidade de deslocar-se para encontrar as seringueiras esparsamente localizadas na floresta, ocupará boa parte do tempo e esforço do produtor e implicará em mais um entrave para a agricultura, pois o seringueiro, mergulhará na floresta na tentativa vã de produzir mais para reduzir os desníveis entre o que ele obtém com a venda do produto e o que necessita adquirir para sobreviver.

Aliás, as condições de trabalho e sobrevivência nesse sistema são um capítulo a parte na história da exploração sem limites do ser humano. As baixas condições de vida, a situação de semi-servidão são os traços dominantes, que aliados às características do processo de ocupação da terra e fraca urbanização, irá condicionar negativamente as possibilidades de desenvolvimento da industrialização. Além disso, é preciso não esquecer os entraves criados à transformação do capital comercial em capital produtivo pelo número excessivo de agentes intermediários existentes no sistema de aviamento.

Os gastos suntuários, as remessas de lucros para o exterior, visto que as grandes casas exportadoras são em sua maioria estrangeiras, só faz crescer a lista dos

um “aviador” de primeira linha, ligando-se diretamente por um lado, às casas “aviadoras” de Belém e Manaus, e por outro lado ao seringueiro extrator, seu “aviado” ou “freguês”. SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. “História Econômica da Amazônia (1800-1920)”. P. 158, II vol.

elementos que tornam a economia extrativa amazônica tão impotente diante dos desafios que se enfrentados com sucesso, teriam modificado os rumos da sua história.

Além da borracha, outros produtos são objeto da atividade extrativa, mas nenhum terá o realce que alcançou a Castanha-do-Pará, que acabará assumindo grande relevo no volume total da exportação paraense. Utilizada já há alguns séculos como ração para animais domésticos, a partir do século XIX, ela passou a ser cada vez mais requisitada para variados fins. A maior concentração dos castanhais está no Pará, especialmente na região de Marabá,⁴ que assistirá a um rápido crescimento econômico, particularmente da atividade comercial, desempenhando funções de supridora dos bens necessários a atividade de exploração dos castanhais. Como no caso da borracha, a forma principal assumida pelas relações de produção é o sistema de aviamento.

Em 1931, a exportação da castanha deu um salto que não seria igualado nos três anos posteriores, ainda que o valor total da exportação tenha sido quase o dobro do valor total alcançado pela borracha no mesmo período.⁵

A Revolução de 1930 encontrou uma situação desastrosa no que diz respeito às finanças do Estado. Segundo artigo publicado no jornal “O Estado do Pará” em 3 de janeiro de 1931, assinado por Henrique José de Lima, o quadro geral era este:

⁴ **VELHO**, Octávio Guilherme. “Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica”.

⁵ Valor Total da Exportação de Borracha 1931-1934: 38.821\$000. Valor Total da Exportação de Castanha 1931-1934: 61.140\$000. Dados extraídos da “Revista Comercial do Pará”. Órgão da Associação Comercial do Pará, exemplos do período 31-34.

Dívida Externa	197.386:100\$000
Dívida Interna	25.197:967\$500
Dívida Flutuante	20.503:734\$324
	243.087:801\$824
Empréstimo Federal (1917)	15.000:000\$000
	258.087:801\$824
Aos Bancos Ultramarino e Comercial	3.843.636\$300
TOTAL	261.922:438\$124

Serviço da dívida – 5.000 contos atrasados desde 1921.

Quando Magalhães Barata assumiu a intervenção, a sua preocupação primeira foi sanear as finanças do Estado. Seus atos neste sentido nem sempre foram coroados de sucesso, como as tentativas de provar a sonegação de impostos de várias e grandes firmas comerciais, ou a interdição imposta aos bens de políticos “carcomidos”⁶ com o objetivo de reembolsar o erário público de desvios de verbas ou aplicações desastrosas dos recursos do Estado⁷; interdições essas que acabaram suspensas em setembro de 1931. Outro recurso foi agilizar a cobrança e até mesmo aumentar os impostos, o que foi realizado após uma reforma tributária em 1933. Tentou também diminuir as despesas reduzindo o número de servidores estaduais.

Mas, sem dúvida foram os impostos, aliados a boa situação do mercado internacional em relação à Cas-

⁶ “Carcomidos” – expressão usada pelo Interventor para caracterizar a vinculação desses políticos ao velho sistema derrubado pela Revolução de 1930.

⁷ Políticos que tiveram seus bens sequestrados em janeiro de 1931; todos são ex-governadores: Dionísio Ausier Bentes, Antonio Emiliano Sousa Castro e Eurico Vale.

tanha-do-Pará, que lhe permitiria ao menos o indispensável: pagar os funcionários, resgatar algumas dívidas, amenizando a situação de descrédito que pairava sobre o Estado e realizar obras, que dariam ao seu desempenho no cargo, um dinamismo e um caráter empreendedor talvez excessivo, falso, mas que convencia o povo e estimulava a relação governante-governados, mobilizando-os a seu favor. Povo pobre, sofrido, mal vestido, mal alimentado, quase que analfabeto, que precisava crer em alguma coisa desesperadamente, para poder suportar a sua própria miséria. Teriam sido só essas pessoas, gente dos subúrbios da capital, habitantes das vilas e cidades do interior, os únicos adeptos de Magalhães Barata? Não, certamente que não.

A população do Pará não desfrutava de uma situação econômico-cultural invejável. Vinculada ao setor primário em sua maioria, padecia os males do abandono, do descaso dos governantes. Vivia em situação de virtual isolamento em relação à Belém; as longas distâncias e as deficiências crônicas dos transportes se constituíam em fortes obstáculos a serem superados. Na capital, a situação era um pouco melhor, pela oferta maior de bens e serviços. Em que pese a melhor situação financeira, dessas pessoas que vivem em Belém, é preciso reconhecer que ainda assim é muito baixa a renda dos indivíduos vinculados ao setor terciário ou secundário.⁸ Poderíamos então distinguir: um pequeno grupo de pessoas que tem a posse ou o controle do capital comercial e/ou industrial, donos de grandes firmas importadoras, grandes firmas exportadoras, empresá-

⁸ Para uma análise mais profunda do assunto, ver SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia* (1800-1920).

rios industriais e banqueiros; uma grande massa de indivíduos ligados a ocupações servis, operários, lavradores; extratores de látex, de castanha, etc.

Entre esses dois polos estaria situado um grupo intermediário composto de pessoas que possuem pequenas e médias empresas; intelectuais; empregados do comércio, artesãos, militares, funcionários públicos. Ao primeiro grupo denominaremos **burguesia**; ao grupo intermediário, **classe média** e; à grande massa dos trabalhadores **classe operária**.⁹ Ainda que teoricamente seja possível estabelecer os contornos nítidos desses grupos, nem sempre isso ocorre na análise da realidade, especialmente nas situações de convulsões sociais, onde existe uma incrível combinação de elementos dando margem ao aparecimento de grupos com matizes ideológicas variadas. Quando a Revolução estourou no Brasil, em Belém, Óbidos e outras cidades paraenses, havia um grupo de conspiradores razoavelmente organizados. Em Belém, por sua condição de grande centro urbano e sede do aparato do Estado e em Óbidos, porque esta cidade era sede do 4º Grupo de Artilharia de Costa, comandado por jovens oficiais que estavam marcados pela ideologia do que viria a ser denominado Movimento Tenentista.

As revoltas de 1922 e 1924 encontraram receptividade dentro dos grupos militares e de profissionais liberais dessas cidades; mas a agitação política, porém, não ia além desses grupos, não recebem adesão das

⁹ Além da posse e/ou controle dos meios de produção, outros elementos vinculam os indivíduos a uma classe – o uso da mão-de-obra assalariada ou a venda de força de trabalho, a consciência de interesses comuns – e possibilitarão a ação reivindicatória da classe. Assim, burguesia e classe operária são as classes que definem o grupo intermediário, na medida em que este participará em maior ou menor proporção das características fundamentais dos dois polos: a venda da força de trabalho no caso do operariado e a propriedade dos meios de produção, no caso a burguesia.

massas dos grandes centros urbanos do Estado. A pouca receptividade popular tem muito a ver com as idéias e valores dos líderes militares civis, com o temor que a mobilização efetiva do povo, das massas urbanas, possa chegar ao ponto em que, esses líderes não pudessem controlar a situação. Os riscos de uma revolução verdadeiramente popular são rejeitados sob o rótulo de comunismo desagregador das tradições brasileiras, e os militares surgem como um substituto eficiente, como um grupo que realiza a revolução em nome do povo, ajudado pela participação de civis “esclarecidos”.

Em depoimento a um jornal um dos tenentes paraenses assim relatou os fatos: “... Com o estouro da revolução, nós os conspiradores do Pará que havíamos nos deslocado para Turiassu no Maranhão, para de lá invadir o Pará, desembarcando em Bragança ou Quatipuru, vínhamos a bordo do “Itapena” para esse fim. No decorrer da viagem soubemos que o Tenente Ismaelino de Castro, Abgvar Bastos e Castelo Branco haviam sido presos em Vizeu. Quando já nos aproximávamos do local do desembarque, porém, tivemos a notícia que a revolução vitorizara em todo o Brasil”.¹⁰

Quando o movimento revolucionário eclodiu os líderes civis foram presos, pois suas atividades conspiratórias não eram desconhecidas das autoridades que os seguiam de perto.¹¹ Magalhães Barata que em ju-

¹⁰ Depoimento de Luis Geolás de Moura Carvalho, tenente na época da Revolução; participou do governo em vários cargos da administração; foi deputado pelo Partido Liberal. (Jornal “O Liberal”, 02.10.1950).

¹¹ Os líderes civis são advogados, médicos, e sua participação é bastante intensa nas duas revoltas anteriores, a de 1922 e a de 1924. Como por exemplo, a participação do médico Mário Midosi Chermont, que em 1930 viria ser membro da Junta Governativa Revolucionária que assumiu o poder após a deposição do governador Eurico Valle. Mário recebia instruções de Assis Brasil, como relata seu pai em carta datada de 15 de setembro de 1928 “Recebi teu

lho-1930 havia chegado a Belém usando disfarces, vivia fugindo de um esconderijo a outro, perseguido pelas forças policiais legais; mas, ainda assim, estruturando o movimento de 1930. Passou sucessivamente pela Igreja da Sé, por uma perfumaria de propriedade de um dos conspiradores, e pela capela do Hospital Juliano Moreira, asilo para doentes mentais.

Nesse lugar foi preso, seguindo para o quartel do CPOR (que era comandado pelo Major José Francisco Duarte) sob a guarda do Major Luis Procópio de Sousa Pinto, chefe do Estado Maior do General Coelho de Sousa, e que havia efetuado a prisão. A ordem era embarcá-lo imediatamente, e ele resistindo a idéia de sair de Belém, até que foi obrigado a viajar.

Segundo declarações do próprio Magalhães Barata,¹² ele ficou preso no 1º Regimento de Cavalaria Divisória sediado no Rio de Janeiro. No dia 2 de outubro, auxiliado pelos tenentes Ferras Filho e Júlio de Castilho, fugiu da prisão para a cidade de Niterói e daí para Vitória no Espírito Santo, para sublevar o 3º Batalhão de Caçadores, tarefa que não foi bem sucedida, apesar do apoio de alguns tenentes. Em Minas ele conseguiria homens e armas, auxiliado pelo Dr. Valdemar Soares, presidente da Câmara de Carangola. No dia 13 partiu para o Espírito Santo, onde realizou uma campanha vitoriosa e quando se preparava para a ofensiva final con-

telegrama para em teu nome visitar o Dr. Assis Brasil e receber instruções ... Sobre a revolução, disse que vocês devem esperar a palavra ou o grito do general Prestes, que é o chefe consagrado por todos. Acrescentou que as revoltas parciais, são prejudiciais “a causa”. (Documento pertencente ao arquivo particular de Mário Midosi Chermont).

¹² Publicado no jornal “O Liberal” em 10.06.1959 sob o título “O Tenente Barata narra sua participação na Revolução de 1930”, texto extraído do livro do Dr. Cunha Coimbra – Magalhães Barata e o Pará”; edição especial do jornal que circulou na semana posterior à morte de Magalhães Barata.

tra Vitória, a Revolução já estava vitoriosa. Em Belém, organizava-se o governo provisório. A Junta Governativa Revolucionária era composta pelos Revolucionários: Abel Chermont, Mário Midosi Chermont e Rogério Coimbra. Os primeiros decretos do novo governo versavam sobre: proibição de acumulações remuneradas; são vedadas as nomeações de parentes consanguíneos ou afins, para exercer cargos públicos, demitindo-se os assim nomeados; institui o Tribunal Revolucionário. Entre as resoluções constam: a supressão dos cargos oficiais; ordem de morte contra os que fizessem propaganda comunista; reforma da Magistratura; dissolução do Congresso Legislativo do Estado e Conselhos Municipais.

Em 12 de novembro de 1930, o agora capitão Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, nomeado Interventor do Estado do Pará pelo chefe do Governo Provisório, Sr. Getúlio Vargas, assumiu o seu posto em Belém. Por mais de quatro anos ele seria o chefe indiscutível, a própria Revolução corporificada, encarnada; demonstrando no desempenho do cargo, as contradições mais profundas que estavam presentes na ideologia do movimento revolucionário que o colocara na situação de poder em sua terra.

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MAGALHÃES BARATA:

DADOS BIOGRÁFICOS:

Nome: Joaquim de Magalhães Cardoso Barata.

Filiação: Major Marcelino Cardoso Barata e Cabrina de Magalhães Cardoso Barata.

Data do Nascimento: 2 de junho de 1888.

Local de Nascimento: Val-de-Cãns, 2º Distrito de Belém.

Local onde passou a infância: Monte Alegre (Pará).

Educação: Liceu Paraense; Escola Preparatória de cadetes de Porto Alegre (RS); Escola Militar do Realengo (RJ). Aspirante a Oficial: em 02.01.1911.

Destaque nas Disciplinas: Matemática; História Militar¹³ e Táticas.

Carreira Militar: Serviu como 2º Tenente no 47º Batalhão de Caçadores em Belém do Pará; foi comandante das guarnições de fronteiras do Pará (Oiapoque e Guianas). Serviu ainda no Rio de Janeiro; no Rio Grande do Sul, no início dos anos vinte, tendo se ligado ao grupo dos Tenentes revolucionários (Siqueira Campos, Juarez Távora, Luis Carlos Prestes, Landry Sales, Juracy Magalhães, Joaquim Távora, etc.). Participou de revoltas militares em 1922 e 1934; preso em Manaus, quando o levante de 1924 foi contido, é remetido para Belém onde é julgado pelas Cortes Militares. Foge da prisão e viaja por terra, até o Rio Grande do Sul. Em 1930, chega disfarçado a Belém, perseguido, muda constantemente de esconderijo, até que foi preso num hospital para alienados mentais. Viaja escoltado para o Rio de Janeiro, de onde fugirá também, para comandar tropas revolucionárias no Estado do Espírito Santo; quando se preparava para o ataque final à cidade de Vitória, a Revolução já estava triunfante. Logo depois seria promovido a Capitão e em 1931, ao posto de Major. Quando meio a falecer, em 29 de maio de 1959, Magalhães Barata era governador do Estado do Pará e havia alcançado a patente de General de Brigada.

¹³ Magalhães Barata, segundo afirmativas de seus amigos, era profundo admirador de Napoleão Bonaparte, sobre quem conseguiu formar uma vasta biblioteca.

O GOVERNO COMO “MISSÃO”:

A compreensão do fenômeno Magalhães Barata, sua vocação para liderar massas, nos remete à discussão da dominação carismática como a definiu **Weber** (1972),¹⁴ “Debe entenderse por ‘carismática’ la cualidad, que passa por extraordinária (condicionada magicamente en su origen, lo mismo si se trata de profetas que de hechiceros, árbitros, jefes de cacería o caudillos militares), de una personalidad, por cuya virtud se la considera en posesión de fuerzas sobrenaturales e sobre-humanas – o por lo menos específicamente extracotidianas y no assequibles a cualquier outro –, o como enviados del dios, o como ejemplar y, en consecuencia, como jefe, caudillo, guía o líder (..)”.

Como o próprio autor adverte, a realidade histórica total muito dificilmente caberia dentro de conceitos abstratos. Na verdade é mais fácil aceitar que, entre a definição rigorosamente abstrata proposta por **Weber** sobre a natureza do carisma e a realidade do nosso objeto de estudo exista uma forte aproximação, mesclada pela presença de traços dos outros tipos de dominação weberiana – o tipo legal-racional e o patrimonial estamental. O primeiro tipo é definido como o “que descansa en la creencia en la legalidad de ordenaciones estatuidas y de los derechos de mando de los llamados por essas ordenaciones a ajercar la autoridad (autoridad legal)”¹⁵. O segundo tipo corresponde “a quella forma de dominación patrimonial en la que determinados poderes de mando e sus correspondientes probabilidades económicas están apropiados por el cuadro

¹⁴ **WEBER**, Max. “Economía y Sociedad”. I vol. P. 113 e seguintes.

¹⁵ **WEBER**, Max. “Economía y Sociedad”. I vol. P. 113 e seguintes.

administrativo. La apropiación – como en todos los casos semejantes puede ser: a) la de uma asociación o categoria de personas señaladas con determinadas características, o b) la de un individuo; y en este caso sólo vitalicia o hereditaria o de libre propiedad”.¹⁶

O sentido de “missão” para Magalhães Barata está muito além do mero cumprimento de um dever imposto pelas circunstâncias revolucionárias do momento histórico, isto é, como algo que diz respeito a sua disciplina enquanto membro do Exército a quem foi dada uma tarefa que deve ser cumprida adequadamente, com inteireza, mas com distanciamento. Para ele, o ato de governar implicava numa doação pessoal, exclusiva, intransferível e que exigia como resposta, a total aceitação dos governados, uma submissão onde as vontades individuais se anulavam diante da clarividência, do poder de mando do chefe intocável.

Em junho de 1932, após ter enfrentado alguns problemas de coesão dentro do bloco revolucionário do Estado,¹⁷ ele telegrafava aos seus companheiros de partido – “(...) Enquanto sentir que não sou um simples tolerado entre vocês, aí me terão ilimitadamente devotado ao trabalho ao progresso e a felicidade do nosso querido torrão”. Quando de sua chegada, em discurso, afirma que não deixará o governo por pressões políticas, só deixará pela vontade do povo, utilizando no momento a imagem dos cabanos como termo de comparação de espírito revolucionário puro, legal, íntegro.

¹⁶ WEBER, Max. Op. Cit. P. 184. Os grifos são do autor.

¹⁷ O incidente foi provocado pelo pedido de exoneração do Tenente Ismaelino de Castro, figura de relevo na luta revolucionária. O pedido foi apresentado imediatamente após o embarque de Magalhães Barata, para o Rio de Janeiro onde ficou mais de dois meses e de onde telegrafou nos termos acima transcritos do jornal “O Estado do Pará”, 03.06.1979.

Sem dúvida que o apelo ao povo vai se constituir um dos pilares sobre os quais Magalhães Barata construirá a sua legendária figura de líder. A conquista dos proletários urbanos e da gente simples do interior, é um objetivo claro nos atos do Interventor. No primeiro dia do ano de 1933, a sua mensagem é uma ratificação do compromisso revolucionário: “é esta obra, e a promessa formal de continuar a reconstrução do nosso berço, a mais valiosa dádiva que o governo revolucionário oferece aos seus patrícios ao iniciar-se o novo ano”, já em 1934, no início de julho, os ânimos estavam exaltados pela proximidade de uma nova eleição, Magalhães Barata reafirma a sua “missão” em resposta a um ataque de um feroz adversário do seu governo. “A coroa de glória que eu aspirava era essa que a revolução me trouxe: arrancar o Pará das garras de um Paulo Maranhão e daqueles que, maus paraenses, como o senhor, deixavam ir o nosso Estado ao léu de suas ambições e indolências para abismos sem fundo (...). E continuando minha tarefa, hei de torná-lo numa das mais prósperas, mais belas e saudáveis unidades de nosso país (...). Esse, o meu querido ideal de hoje, hei de ver transformado em realidade, a despeito de toda a má vontade dos meus adversários, pois que tenho comigo a força intemorata daquela ideal, o auxílio de Deus e dos amigos desta terra, paraenses ou não, mas que querem como eu próprio a quero e amo!”¹⁸

Ainda nesta cata-aberta, ele conclama o povo a servir de juiz no que diz respeito ao estilo da ação dele e do opositor: “(...) que o povo paraense nos julgue: a mim,

¹⁸ A carta publicada no jornal “A Folha do Norte”, de propriedade de Paulo Maranhão, em 05.07.1934. Paulo Maranhão, jornalista temido por seus ataques violentos, já havia participado de várias situações políticas semelhantes, como adepto do político Lauro Sodré contra a corrente de Antonio Lemos.

sempre franco e sincero, ainda mesmo quando erro; ao senhor, sempre hipócrita, “reservado” e traiçoeiro (...)”.

A tarefa de atrelar as mesmas ao aparelho estatal não é exclusividade dele, mas um projeto percebível a nível nacional. Qual a estratégia empregada por Magalhães Barata?

Em primeiro lugar, inaugurou um novo estilo de governar – abriu as portas do palácio do governo para qualquer pessoa que solicitasse uma audiência, às vezes nem mesmo isso era necessário, bastava esperar para ser atendido. Isso atraiu enorme quantidade de pessoas com problemas dos mais simples (problemas de aluguéis, brigas com professores e outros) aos mais complexos.¹⁹

A prática de ouvir o povo, dar-lhe atenção, apresentar-lhe ao menos soluções provisórias aos seus males, foi criando em torno de sua figura, uma verdadeira mística de bondade, igualdade (no sentido de ser uma pessoa comum, igual às que ele recebia, inclusive pela sua rudeza ao falar), de nobreza de sentimentos, que os desiludidos habitantes da urbe logo adotaram como absoluta, dando-lhe a adesão incondicional necessária ao seu projeto político.

¹⁹ Um exemplo disso foi a adesão do futuro líder do Partido Liberal, segundo relato pessoal – “(...) Sentindome sem emprego, com o casamento marcado para o dia 26 de janeiro de 1931, resolvi dirigir-me pessoalmente ao Interventor Magalhães Barata. Dava audiências públicas no grande salão de sua residência que me era muito familiar, pois o frequentava nos tempos de Dionísio Bentes. Fiquei no grande salão, onde se aglomerava uma massa compacta de pedintes, de todas as classes sociais. Ouvia sempre barulho de esporas, de ferros militares, nas outras salas. Enfim, apareceu o Interventor, fardado, comissionado em Coronel.

- Senhor Interventor. Venho pedir-lhe um emprego. Disse o meu nome e ele respondeu imediatamente:

- Tenho muitas boas informações a seu respeito. O senhor será aproveitado pela Revolução. Não precisa mais se preocupar. Quando a revolução precisar do senhor irá buscá-lo. Aguarde os acontecimentos”.

MEIRA, Octávio. “Memórias do Quase Ontem”. P. 254.

Em segundo lugar, a interiorização do governo. Magalhães Barata percorreu inúmeras vezes todos os municípios do Estado, fato absolutamente novo, inusitado, o que lhe garantia também uma comovente solidariedade e o apoio incondicional que o confirmaria como grande líder, sua ambição maior. Em suas viagens, nunca deixou de levar medicamentos, alimentos, roupas, médicos, dentistas e até barbeiros. Para um Estado com as dimensões do Pará, onde as distâncias se contavam em dias, semanas de viagens exaustivas, só um indivíduo com energia extraordinária, messianicamente inclinado para o cumprimento do dever, em busca de uma afirmação carismática, poderia alcançar sucesso. E Magalhães Barata atingiu seus objetivos.

Finalmente, cumpre destacar um aspecto importante de sua estratégia global – o tratamento dado aos operários reunidos em sindicatos e federações do trabalho, e aos representantes da burguesia, consagrados principalmente em torno da Associação Comercial do Pará.

A questão social que agitava o Brasil já apresentava uma longa história de greves, paralisações, demissões em massa de operários, intervenção da polícia e prisão dos operários como desordeiros. Em Belém, os problemas originários das relações entre o capital e o trabalho também eram questão de polícia, prisões, espancamentos, violências de toda ordem.

Em 1931, em janeiro os jornais apresentavam em manchete deste tipo, os problemas do operariado. “Agita-se uma grande questão social”. A Liga Nacionalista do Pará prosseguia no seu trabalho de amparo ao operariado: melhores condições de trabalho, horários adequados, melhores salários, principalmente para as ope-

rárias, que já haviam grevado por falta de condições dos locais de trabalho e pelos baixos salários pagos. Ainda no mesmo mês do ano, em entrevista concedida a um jornal local Magalhães Barata expunha seu ponto de vista quanto à questão social operária, em resumo: maior oferta de trabalho; melhor assistência social; medidas que não estavam em choque com as reivindicações dos dirigentes sindicais da época, pois nesse mesmo período, saía um artigo em jornal de Belém onde o assunto era a desorganização total do operariado e o ensino industrial como solução para melhorar o nível da classe. Conhecendo os anseios populares, Magalhães Barata passou a usá-los em seu benefício pessoal, no que poderia ser denominado com algum acerto, de pré-populismo.

Estimulava a criação de sindicatos, e a organização destes em federações controladas por elementos ligados à cúpula partidária; oi ainda, estimulando vocações para a liderança dentro do operariado, como foi o caso do deputado classista Luis Martins e Silva. Legislou sobre horário de trabalho, sobre questão de segurança e prevenção de acidentes no trabalho, criou uma Assistência Judiciária Civil para proporcionar o apoio jurídico gratuito aos pobres de modo geral. Fazia absoluta questão de aparecer como mediador nas inúmeras greves operárias do período.²⁰

Em relação aos comerciantes em geral, suas relações eram de pura cortesia, até que surgiu o primeiro atrito, representado pela concessão do monopólio por 30 anos do comércio das carnes verdes a uma instituição

²⁰ Muitas dessas greves parecem ter sido artificialmente criadas pelo Interventor, para consolidar o seu projeto político e aparecer aos olhos do operariado como grande mediador. Sobre o assunto não existem muitas referências, uma delas é a seleção de artigos de Abelardo Leão Condurú, revolucionário dissidente, que os publicou na imprensa diária e depois seus amigos reuniram em livro – “Em Nome da Verdade”.

criada com o objetivo de defender os pecuaristas – Sociedade Cooperativa de Indústria Pecuária. Logo no início de maio de 1931, os marchantes apresentaram ao Interventor um memorial contra o tabelamento do preço da carne, mas foi indeferido o pedido para cancelar a medida. A questão se agravaria com o protesto dos marchantes contra o monopólio concedido à Sociedade Cooperativa.

Apesar da luta ter se transferido para o âmbito federal, Getúlio Vargas acabaria referendando o ato de Magalhães Barata. A reforma do sistema tributário também traria sérios problemas para o Interventor, inclusive uma greve dos comerciantes locais no período abril-1933, que paralisou todo o porto de Belém. Em compensação, ele tentava a aproximação, pagando uma soma bastante elevada de verbas destinadas no orçamento do Estado à Associação Comercial e que não eram pagos há muito tempo. Com esse dinheiro foi possível dar início às obras da futura sede dessa associação.²¹ O ano de 1933 não foi dos melhores para as relações entre Interventor e a Associação Comercial, foram dias de muitas críticas ao imposto, que segundo eles, eram muito elevados.

Se falhou em relação aos comerciantes, teve sucesso com os pecuaristas, desde a fundação da Sociedade Cooperativa da Indústria Pecuária em 12 de julho de 1931, ela seria uma força com raízes tradicionais suficientes para dar o respaldo necessário a legitimação do governo e razoavelmente manejável, ao gosto do Interventor, a quem agradava ter sempre a palavra final.

²¹ Ver Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Pará relativo ao ano de 1932-1933, apresentado em reunião da Assembléia Geral realizada em 15 de março de 1933. P. 12.

Valor do crédito: 618:670\$651, proveniente da captação de impostos, dos quais 1/5 sobre 20% dos direitos de exportação e 30% da arrecadação das taxas pelo órgão federal.

Magalhães Barata se acreditava predestinado a exercer o poder e não cedia terreno a ninguém nesse mister. Caráter temperamental, explosivo, sua palavra era lei, coisa que ele teve sempre o cuidado de manter – a palavra empenhada no sentido de honra pessoal. Sobre sua capacidade de julgar, de tomar partido ou aplicar uma espécie de justiça salomônica, existem muitos fatos pitorescos, documentados nos despachos escritos por ele em processos administrativos dos mais variados tipos. O autoritarismo, que decorre em boa parte de sua crença na infalibilidade ou acerto dos seus julgamentos, será um traço dominante no seu comportamento político. Um dos exemplos dessa vocação autoritária no exercício do poder, pode ser, por exemplo, as suas idéias a respeito do executivo e do legislativo, isto é, sobre a tarefa do governante e do representante do povo e dos órgãos colegiados.

Para ele a ditadura era o caminho a ser trilhado pelo governo provisório; e justificava essa idéia contrapondo uma necessidade maior – a integração total da nação nos ideais revolucionários, obra que só um executivo forte conseguiria realizar. Sobre a validade do poder legislativo, suas idéias são negativas; principalmente no Norte do Brasil, onde a classe política carece de representatividade e aponta como prova disso, o silêncio popular em torno do debate sobre a Constituinte.

O povo não confia em representantes congressistas, que sempre atacaram as ordens emanadas do poder executivo, nunca defenderam os reais interesses do povo.²² Em abril de 1934, suas idéias sobre a ineficiência do poder legislativo eram as mesmas, como ele declarou

²² Entrevista concedida ao “Jornal do Brasil” (RJ) e publicada também no jornal “A Folha do Norte” em 28 de maio de 1931.

em entrevista no Rio de Janeiro ao “O Jornal”: considera um retrocesso voltar à liberal-democracia; descrê do trabalho da Constituinte, porque acredita que a constitucionalização venha interromper a obra revolucionária e a causa da lei e confusamente tenta explicar que entre uma lei que atrapalha o direito justo, fica com o direito, contra a lei; desrespeita a lei para praticar um ato justo.

Em julho de 1934, durante os dias agitados que se seguiram ao incidente com a Folha do Norte²³, ela afirmava que admitia oposição, desde que fosse sincera, franca, justa útil à coletividade. Jamais aceitaria a crítica que colocasse em cheque a autoridade, porque ela reagiria contra quem o atacasse, dentro e fora do regime constitucional. As críticas não o atingem porque, dizia ele, “sou como sou – e assim como sou devoto-me ao meu Estado”.²⁴

Magalhães Barata representa a síntese do movimento revolucionário; concentra e exacerba em si mesmo todas as virtudes e defeitos do movimento, seja em nível manifesto ou latente. E ainda que seja temerário afirmar, pelas dificuldades compreensíveis de apresentar provas; ele num momento chave da História Paraense, reuniu, encarnou as aspirações coletivas presentes no decorrer do processo revolucionário. Uma revolução que não teve a pronta adesão das massas, trouxe para o poder o agitador reconhecido pelas suas façanhas, pela coragem e desassombro. Um homem capaz de enfrentar desafios e vencer. Não seria uma indicação segura que ele era o guia adequado, capaz de mudar os rumos da

²³ O jornal “A Folha do Norte” foi atacado e atribuído ao Interventor a responsabilidade como mandante do ataque.

²⁴ Resposta a Paulo Maranhão, em carta-aberta, já citada na nota nº 17 deste capítulo.

história e fazer do Pará um Estado realmente próspero? A indicação de seu nome despertou o povo e a recepção dada ao novo chefe do governo foi algo nunca visto em Belém do Pará, em termos de receptividade popular. Enfim eles tinham, agora, um líder.

Mas, as tarefas que o aguardavam eram muito mais complexas. Era preciso mudar, reformular muita coisa e com recursos escassos. A saída foi a composição com pessoas e grupos que não poderiam ser chamados de revolucionários, mas que legitimariam em conjunto com o grupo revolucionário, a sua presença no poder. Realizou-se então o processo de cooptação com o grupo ligado à pecuária e o ligado a produção da Castanha-do-Pará. O compromisso se estenderá a representantes civis da revolução, sejam eles da burguesia ou da classe média. Excluídos mesmo, só a classe operária, a quem seria dada a função de apoiar o governo e em troca lhe seriam concedidos certos direitos trabalhistas. A consolidação da liderança carismática de Magalhães Barata, conquanto possa expressar um projeto consciente de exercer o poder, ela não é arbitrária, fruto do acaso; pelo contrário, é uma resposta adequada às exigências mais profundas da sociedade naquele período excepcional.

Finalmente em um último esforço para caracterizar a liderança exercida por Magalhães Barata como carismática, pode ser feito através da análise da formação do “séquito”²⁵ ou grupo que participara do poder. Entre os elementos mais próximos ao Interventor, estavam: Mário Midosi Chermont, Abel Chermont, Clementino

²⁵ “A denominación carismática supone un proceso de **comunización** de carácter emotivo. **El cuadro administrativo** de lo imperantes carismáticos no es ninguna “burocracia”; y menos que nada una **burocracia** profesional. **WEBER**, Max. “Economía y Sociedad”, I vol. P. 195.

Lisboa Nogueira de Faria, Abelardo Condurú, Tem. Ismaelino de Castro, José Pingarilho, Alberto Engelhard, Anibal Duarte, Cel. Manoel Pires Camargo, Pe. Leandro Pinheiro, Abgvar Bastos. Todos eles ocuparam cargos de relevância dentro da administração do Estado, ou da estrutura do Partido Liberal. Os Chermont profissionais liberais, pertenciam a uma das mais representativas famílias do Pará, com interesses agrários e com longa tradição política.²⁶

Mário Midosi Chermont foi Secretário de Educação e Saúde nesse período e depois deputado federal à Constituinte; Abel Chermont era presidente do Partido Liberal e depois deputado federal à Constituinte. Clementino Lisboa, ocupou o cargo de Secretário Geral do governo e participou da bancada paraense na Assembléia Constituinte, era comerciante; Nogueira de Faria vinha de vários outros cargos em governos anteriores; Abelardo Condurú, advogado, Secretário da Prefeitura após 1930, quando o prefeito era Leandro Pinheiro, que saiu para exercer o mandato de deputado federal constituinte. Tenente Ismaelino de Castro, Secretário do Interior e Justiça; José Pingarilho, Secretário da Fazenda; médico Alberto Engelhard, chefiou o setor de arrecadação de impostos do Estado; Cel. Manoel Pires Camargo, foi eleito em 1934 para a Câmara Legislativa do Estado; Anibal Duarte, cunhado de Magalhães Barata, gerente do jornal oficial do Estado (O Diário do Estado), e depois eleito para a Câmara Legislativa do Estado. Os problemas enfrentados por Magalhães

²⁶ “El cuerpo administrativo es escogido según carisma y devoción personal, y no por razón de su calificación profesional (como el funcionario), de su clase (como el cuerpo administrativo de clase). (...) Falta aquí el concepto racional tanto de la “competencia” como del privilegio de clase”. WEBER, Max. (Op. Cit.). II vol. P. 712.

Barata no momento de sucessão, estão direta ou indiretamente ligados a esse grupo de “homens de confiança”.

Até agora, enfatizamos o aspecto carismático da liderança; mas por motivos anteriormente já citados, existem ainda os componentes legal-racional, patrimonialestamental na configuração da liderança. Em relação ao primeiro componente, ele se expressa pela necessidade do líder em cumprir normas básicas já estruturadas para o funcionamento do aparelho do Estado. Mas, a sua margem de manobra é muito ampla; o que lhe assegurará maior liberdade de ação é a própria situação excepcional que o Brasil inteiro atravessa, o arbítrio é a realidade.

Talvez por isso ele considerasse a reconstitucionalização um entrave ao projeto revolucionário, porque limitaria consideravelmente a sua capacidade de tomar decisões cuja fonte primeira era seu próprio juízo. Captando esse fato, a oposição que surgirá ao seu governo, clamará pelo retorno ao cumprimento da lei, e fará do “respeito a lei” o seu lema. Quanto ao componente patrimonial-estamental existente como decorrência natural da situação carismática, que acaba por confundir os cargos e seus ocupantes eventuais, estabelecendo uma relação de aproximação e monopólio dos cargos em benefício do “séquito”. A oposição clamará pelo critério de competência²⁷ como recurso eficiente contra os desmandos políticos e administrativos desse “séquito”.

²⁷ Em 1933, “A Crítica”, jornal de oposição, através de um artigo do Sr. João Malato, intitulado “O Terror da Competência”, refletia bem a problemática – “esse espírito de faccionismo estreito e dissolvente que predomina um certo grupo que o cerca, demasiadamente cioso de suas prerrogativas revolucionárias, ao ponto de querer estabelecer em torno do chefe do governo uma imaginária rede de arame farpado, impossível de ser transposta por quem quer que não seja “persona grata” desse grupo. “A Crítica” de 18.01.1933.

As contradições dentro de uma situação de dominação carismática evidenciam em vários momentos, principalmente quando em relação direta com os componentes específicos dos outros tipos de dominação que estão presentes, ainda que subjugados à forma predominante. Todas as alterações no domínio carismático têm, em última instância, a mesma origem. O desejo do chefe, de seus discípulos e quase sempre o anseio dos dominados de tornarem permanente o que é transitório, correspondente a uma época e a uma pessoa, em algo habitual e cotidiano.²⁸

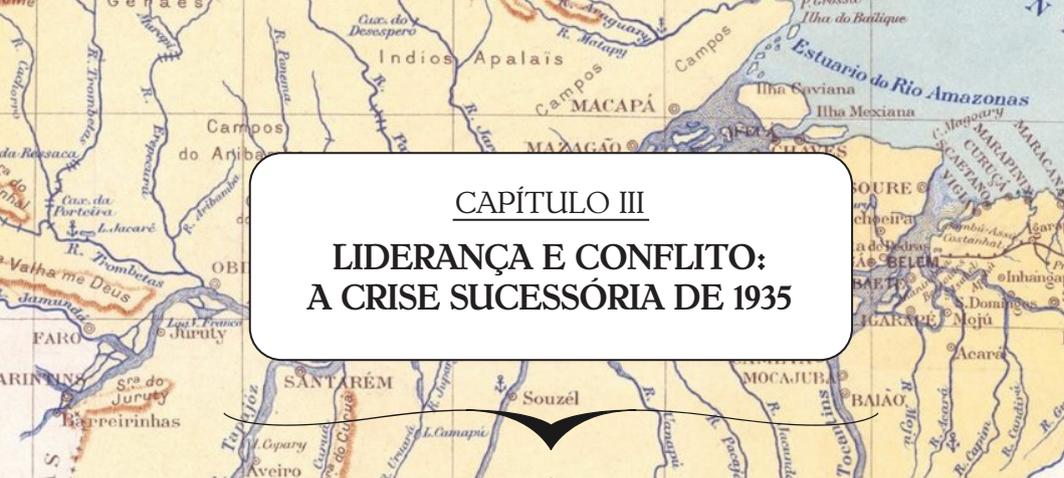
E, o caminho da cotidianização do carisma passa inevitavelmente pela tradição, contra o que havia surgido revolucionariamente, ou ainda contra tudo que se baseia em aquisição legítima de direitos. Para sobreviver, sofre uma alteração estrutural que mudará completamente o seu caráter revolucionário, a sua institucionalização o conduziria a uma racionalização ou a uma tradicionalização (de caráter patrimonial-estamental) ou as duas coisas. Segundo **Weber**, essa adaptação não se realiza sem lutas.

A passagem do estado excepcional, arbitrário no exercício do poder ao governo sob o império das normas legalmente estabelecidas pela constitucionalização em processo em todo o país, colocaria a liderança de Magalhães Barata diante de seu momento crítico, que definiria a sua permanência no poder. Os descontentamentos que já haviam provocado várias brechas no bloco no poder. Esse bloco em sua primeira fase é constituído pelos revolucionários históricos, aqueles que participaram desde a fase conspiratória do movimento.

²⁸ **WEBER**, Max, (Op. Cit.). P. 856 e seguintes.

Com a organização do Partido Liberal, novas adesões são feitas e acabam penetrando o bloco, como é o caso do convite feito a Anibal Duarte para se transferir de Salvador, Bahia, para Belém e trabalhar com ele. Uma nova fase tem início, marcada pela existência do Partido Liberal e da expansão do número dos membros do bloco no poder.

Uma terceira fase seria o movimento de contração do bloco, com o afastamento de muitos revolucionários históricos, que culminaria com o Interventor assessorado por um número reduzido de adeptos incondicionais, fanatizados, que impedia o acesso de informações e pessoas que não correspondessem em seu modo especial de ver a política. Sua ação nesse sentido agravaria o descontentamento existente e aumentaria a intransigência política do Interventor, traduzida muitas vezes em arbitrariedade e prepotência no exercício do poder.



CAPÍTULO III
**LIDERANÇA E CONFLITO:
A CRISE SUCESSÓRIA DE 1935**

A compreensão da crise surgida a respeito da sucessão de 1935 deve ser procurada em dois níveis distintos de análise – o político e o econômico – sem esquecer a institucionalização da liderança carismática e os aspectos críticos que ela encerra.

COMPONENTES ECONÔMICOS DA CRISE:

Em nível econômico, as pressões exercidas pelos comerciantes importadores ou exportadores já se faziam sentir há muito tempo. Após um período relativamente curto de relacionamento sem problemas com a Interventoria, já em 1932, no início do ano, surgem as primeiras críticas, os primeiros atritos. A questão era a cobrança de impostos, segundo os comerciantes, injusta, pela Prefeitura de Belém, que estava sob a responsabilidade de Abelardo Condurú; além desse aspecto, os comerciantes queriam que determinadas isenções tributárias continuassem em vigor e os revolucionários não admitiam isenções de espécie alguma.

Desenvolve-se uma campanha contra o prefeito interino¹ imputando-lhe gastos excessivos, desnecessários. Ainda que não possa ser completamente provado, é possível admitir que as pressões podem tê-lo motivado a pedir demissão em meados de junho do mesmo ano e que para demonstrar a sua força, Magalhães Barata tenha ido pessoalmente dissuadi-lo, reconduzindo-o ao cargo.

Em 1933 a questão dos impostos recrudescce. A Associação Comercial prepara um memorial e vai até o Interventor buscar uma solução. No relatório da Diretoria da Associação Comercial a questão aparece diluída, e os atritos definidos como mal entendido. A entidade reconhece que o país atravessa um período de reformas administrativas e que o sistema tributário seria atingido. Abolido o Imposto de Consumo, que segundo a Associação Comercial nada mais era do que os impostos interestaduais e intermunicipais disfarçados, foi criado o Imposto de Aquisição e Consumo, para o qual a própria classe ofereceu o projeto.

Ressalte-se ainda a Associação Comercial o espírito de colaboração da Interventoria, que sem intransigência, aceitou os apelos da classe. Quanto aos mal entendidos, eles se deveram a problemas de interpretação da lei – uma das controvérsias então levantadas, foi a de que se o imposto de 3% recaía também sobre os produtos exportados, que já pagam direitos de exportação – mas, que os problemas já haviam sido contornados. Foi obtida isenção para a borracha e a castanha de procedência boliviana, peruana, federal amazonense e mato-grossense, que recebiam beneficiamento e eram negociadas em Belém.

¹ O Prefeito efetivo era o Pe. Leandro Pinheiro e o advogado Abelardo Condurú que exercia o cargo de Secretário da Prefeitura, assumiu a Prefeitura interinamente.

Além dos impostos considerados elevados, houve também a questão da Pauta da Castanha, para o qual se mobilizou a Associação Comercial no intuito de modificar a decisão do Interventor. Foi organizado um Memorial onde se sugeriam medidas que não prejudicariam o movimento do comércio nem a arrecadação do governo. Mas o diretor da Recebedoria, Sr. Alberto Engelhard² servindo como assessor especializado do Interventor, levou este último a indeferir as pretensões da Associação Comercial. Entre as sugestões rejeitadas, estavam as seguintes:

- “Abolição da pauta Diária” e adoção do pagamento dos direitos pelo preço obtido na praça por cada lote que for exportado, conforme sugeriu a comissão que estudou a organização da pauta da castanha, em agosto do ano passado;
- redução dos direitos de exportação, tanto do Estado como dos Municípios:
- suspensão do imposto de aquisição e consumo sobre a castanha negociada entre o produtor e o exportador na praça de Belém;
- redução dos fretes ora em vigor para a castanha, principalmente nos navios da Empresa de Navegação do Estado.

Além de outras, tais como revisão de taxas portuárias, revisão das tarifas em vigor para a castanha de

² Sobre este auxiliar do governo recaiam as maiores críticas da classe; críticas que iam desde a sua proverbial descortesia, até a sua intransigência com os menores detalhes burocráticos – horários, vários formulários, etc.

origem boliviana, etc.³ O problema era que a organização de pautas diárias levava a um acréscimo de 10 a 15% nos impostos pagos pelos recebedores como direitos na entrada, e os exportadores, 18% a mais na saída do produto. Se a isso acrescentarmos o fato de que certas firmas eram recebedoras e exportadoras simultaneamente, temos um quadro completo do ponto de atrito – os direitos aduaneiros diminuía as possibilidades de lucro, atingiam a essência do interesse de classe dos comerciantes.

Comparando as afirmativas do Relatório da Diretoria da Associação Comercial e os noticiários de jornais da época, fica difícil aceitar a hipótese de que tais atritos eram passageiros, mal entendidos quanto à aplicação da lei. Pois no mesmo ano, os incidentes, as reclamações das firmas e a da própria entidade de classe foram frequentes. Em abril elas chegaram a levar os comerciantes a paralisar suas atividades e se configurou aquilo que os jornais da época noticiaram como greve dos comerciantes, durante os dias 4,5 e 6 de abril de 1933. Nesse período Magalhães Barata se recusou a negociar, não aceitou sequer conversar com alguns membros do bloco revolucionário que tentaram servir de mediadores. Os impostos foram mantidos; mas, alguns dias mais tarde eles foram reduzidos, numa tentativa cara de superar o conflito. Magalhães Barata perdera terreno junto ao comércio.

Ainda no nível econômico, é possível levantar alguma coisa sobre o descontentamento em relação ao tratamento preferencial dado pelo Interventor aos pecuaristas. A criação da Sociedade Cooperativa de Indústria Pecuária como órgão praticamente subsidiado pelo Estado, para

³ Dados recolhidos no Relatório da Diretoria da Associação Comercial para 1932-1933.

ser explorado por um grupo privado, causou dificuldades desde o início de seu governo. O protesto dos marchantes, que se viram despojados do comércio das carnes verdes, foi bastante áspero e foi levado até as últimas consequências, pois foi a palavra final de Getúlio Vargas, prestigiando a decisão de Magalhães Barata, de conceder monopólio de 30 anos no comércio das carnes verdes à SOCIPE⁴, o que colocou um ponto final na questão.

Mas sobreviveu o ressentimento, e um grupo ficava alojado nas entranhas do Estado. Além disso, Magalhães Barata conseguiu um vultuoso empréstimo com o Governo Federal, a ser aplicado, sob administração da SOCIPE, na melhoria dos rebanhos do Pará. Os resultados não foram os melhores; a suspeita de desvio da verba, levou a abertura de um inquérito que teria um desfecho trágico em 1935, com o suicídio do responsável direto pela diretoria.

COMPONENTES POLÍTICOS DA CRISE:

Em nível político é preciso considerar as sucessivas fraturas do bloco revolucionário, por motivos os mais variados, desde a questão pura de melindre pessoal, solidariedade a companheiros, até por divergência frontal do chefe poderoso. As cisões começam praticamente desde a implantação do governo revolucionário. A primeira delas, em julho de 1931, foi a saída de César Coutinho, Secretário de Interior e Justiça, que segundo declaração de Magalhães Barata, se deveu a interesses contrariados, uma nomeação eu ele se recusou a fazer. A segunda foi o afastamento do Tenente Ismaelino de Castro, que se demitiu da Secretaria de Interior e Justiça, segundo vários depoimentos, por me-

⁴ Sociedade Cooperativa de Indústria Pecuária – SOCIPE.

lindre pessoal, em março de 1932. No mesmo ano, em julho, Abelardo Condurú pede exoneração, fato já citado por nós, Magalhães Barata o reconduz. Em 1933 apesar da incrível agitação operária, não ocorreu rompimento de relevância.

Em 1934, a desagregação do bloco revolucionário era um fato consumado. Logo em janeiro, saem Abelardo Condurú e José Pingarilho em solidariedade ao primeiro. Foi tão duro o golpe, que a bancada paraense na Constituinte, teve que distribuir nota aos jornais desautorizando especulações a respeito de sua atitude política, afirmando que não existiam divergências na política situacionista e a saída dos mais revolucionários, foi provocada por questões de ordem administrativa e reafirmando a coesão interna da bancada.

Em agosto o Pe. Leandro Pinheiro, um dos membros da bancada paraense na Constituinte, foi expulso do Partido Liberal. Tal expulsão foi mais um ritual, pois ele já havia antes pedido desligamento do partido devido a incompatibilidade com o Interventor.⁵ O mês de setembro foi particularmente agitado: greve geral dos trabalhadores paralisou a cidade por 5 dias; num incidente em uma confeitaria da cidade, morreu um revolucionário, José Avelino, candidato pelo Partido Liberal à Câmara Legislativa do Estado. Os acusados do crime são dois candidatos a deputado estadual pela oposição. No mesmo dia o jornal “A Folha do Norte” foi atacada à bala por partidários do governo. Ainda em setembro Abelardo Condurú se desliga do diretório do Partido Liberal.

Em dezembro desse ano, saem do partido situacionista: Genaro Ponte e Sousa, Abguar Bastos, Acyilino Leão Rodrigues, deputados federais recém-eleitos.

⁵ Leandro Pinheiro defendeu na Constituinte a tese da inegibilidade dos atuais interventores; o que foi a causa do seu rompimento com Magalhães Barata.

O motivo da saída foi a imposição do Interventor, para que um deles renunciasse ao mandato, sob a alegação que o mandato pertencia ao partido, para que na vaga aberta, seu irmão, Coronel Mário Barata, 1º suplente, pudesse assumir a cadeira de deputado federal que não conquistou nas urnas.

Genaro Ponte e Sousa foi raptado da casa de um deputado federal recém-eleito pela situação, José Pingarilho. Foi mantido em lugar desconhecido, onde sofreu as humilhações mais grotescas, sendo obrigado a escrever e assinar uma carta, onde coloca seu mandato à disposição do Interventor. Depois de solto, não manteve a promessa de renunciar.

O último golpe, o mais importante, demoliu o que restava do bloco revolucionário. Em abril de 1935, às vésperas da eleição indireta para governador, sete deputados do Partido Liberal pediram asilo às tropas federais, especificamente ao comandante da 8ª Região Militar, general José Alberto de Mello Portella, que os abrigou no Quartel General. Eram eles: Ernestino Souza Filho, Djalma Machado, Aristides Reis e Silva, João Ferreira Sá, Franco Martyres, Alberto Barreiros e Raymundo Camarão. Para o Interventor, estava perdida a eleição.

Esses fatos podem ser analisados sob vários ângulos. Um deles, que tem sido empregado frequentemente, é a acusação de traição. Os deputados estaduais, num gesto covarde, desonesto, pouco digno, traíram seu líder máximo. Como **Weber**⁶ situa muito bem, a eleição em uma si-

⁶ “Por isso eso no puede haber en principio ninguna elección por mayoría, pues una minoría, por reducida que sea, puede tener tantarazón en el reconocimiento del primer carisma como puede equivocarse en esta respecto la mayoría mas numerosa. Sólo una persona puede ser la adecuada; los electores que disienten cometen, por consiguiente, un sacrilégio”. WEBER, Max. (Op. Cit.). P. 861.

tuação em que o princípio subjacente é o reconhecimento de um “direito a ser eleito” que o líder reivindicava, tendo por base seu carisma, é problemática. Qualquer dissidência é um sacrilégio. Outro modo de ver os acontecimentos seria analisar a dissidência como fruto de tensões conflituosas existentes dentro do próprio Partido Liberal, que se agravariam gradualmente por outros fatores conjunturais como os econômicos, e pela intransigência política de Magalhães Barata, expressada entre outras coisas, pelo seu desejo obsessivo de fazer do irmão, deputado federal.

A luta pelo domínio da máquina partidária já vinha ocorrendo há algum tempo. O Interventor representava o partido em nível nacional e Abel Chermont em nível local. Colocando as coisas assim, de modo teórico, poderia até funcionar, mas em termos práticos representava uma subordinação, uma submissão total à vontade férrea de Magalhães Barata, o que não poderia de modo algum agradar ao presidente do Diretório Abel Chermont. Descendente de uma família tradicional⁷ de líderes políticos de renome, e sendo ele mesmo um político amadurecido, nas lutas partidárias, dotado de um temperamento violento, pouco afeito à subordinação, seria mais do que previsível que essa articulação não funcionaria, dada as características específicas do temperamento do Interventor, ele mesmo violento e prepotente no mando.

⁷ O fundador da família foi Theodosio Constantino Chermont que em 1823, foi um dos que assinou a adesão do Pará à Independência. Outro destaque pode ser dado a Antonio Lacerda Chermont (avô de Abel Chermont) pai de Justo Chermont. Antonio foi Barão e Visconde do Arari e por várias vezes presidiu a Província do Pará entre 1866-1868. Justo Chermont é sem dúvida o grande expoente familiar. Foi republicano histórico, fundador do Clube Republicano. Foi Governador do Pará de 1889-1891; Senador da República; Diplomata; Ministro das Relações Exteriores até 1893; Deputado Federal; seus irmãos Antonio Leite Chermont (pai de Mário Midosi Chermont) e Pedro Leite Chermont, foram deputados estadual e federal respectivamente.

Havia indícios seguros dessa animosidade, dessa luta surda pelo poder entre as lideranças mais expressivas; e até mesmo a indicação do cansaço delas em relação ao Interventor que pouco a pouco foi se isolando, cercado por um grupo quase familiar de seguidores incondicionais, que o emulavam em demasia. Esse grupo era dirigido por Anibal Duarte, cunhado de Magalhães Barata, incansável na tarefa de promover o apoio das massas ao Interventor, sob as mais variadas formas – banquetes de confraternização, passeatas, reuniões cívicas de demonstração de apreço e como organizador das Concentrações Políticas Magalhães Barata. Essas concentrações, seriam o ponto declarado das divergências da cúpula partidária e que em 26 de março de 1935, mereceria nota oficial de Magalhães Barata afirmando que a discordância entre ele e Abel Chermont se prendia unicamente a esse dado. No dia seguinte, era a vez de Abel Chermont ratificar as palavras do Interventor.

A luta pelo poder no âmbito do partido, tinha atingido seu ponto máximo de suportabilidade. Chermont tinha consciência que seria alijado da senatoria no momento da votação pela Constituinte Estadual; seria substituída a chapa composta por ele e José Carneiro da Gama Malcher, pelos nomes de Mário Magalhães Barata (irmão do Interventor) e Appio Medrado, para deixar vaga a presidência da Constituinte para o deputado Manoel Inocêncio Pires Camargo, chefe de uma seção das Concentrações Políticas, e pessoa agora íntima do Interventor.

Essas Concentrações eram constituídas como “força auxiliar política ativa do Partido Liberal, e serão registradas nos termos de direito civil para aquisição de sua personalidade jurídica com a fiscalização do próprio

Partido Liberal”. Sua estrutura é “constituída de núcleos ou secções de quarenta eleitores que serão sócios-fundadores e tomarão o encargo de:

- a) Cada associado propor para a mesma dez associados eleitores, que serão examinados pela Comissão de Sindicância, quanto as suas qualidades e bons costumes, para poderem entrar para o quadro de sócio-efetivo;
- b) Da concentração serão escolhidos dentre os sócios-fundadores, as Comissões de Sindicância, Saúde, Instrução e Propaganda, que funcionarão na sede da mesma;
- c) Os serviços externos destas Comissões serão determinados pelo Comitê Central.⁸

Essas Concentrações em pouco tempo reuniram um efetivo considerável de sócios, entre os quais haveria cerca de 300 homens treinados como guarda pessoal para o Interventor, uma tentativa clara de garantir pela força uma eleição já duvidosa. O próprio Interventor tinha preocupações a esse respeito, pois segundo relata Abelardo Condurú, ele tinha medo da concorrência e “sabia que seu prestígio não era tão sólido, nem tão seguro quanto se proclamava”.⁹

Ao final de 1934, se pode visualizar claramente as facções existentes no interior do Partido Liberal –

⁸ Publicado no jornal “Diário do Estado” em 14.12.1934.

⁹ Segundo a versão do autor, ele se desiluiu de vez com o Interventor, quando após discurso em que o elogiava e a sua obra, Magalhães Barata teria se queixado a Abel Chermont, Mário Chermont e outros, de que Condurú não havia dito em termos claros e positivos que não pretendia candidatar-se ao governo do Estado. CONDURÚ, Abelardo. “Em Nome da Verdade”. Belém, 1938.

uma liderança por Abel Chermont; a outra liderada pelo Interventor – cada qual procurando cativar novas adesões. Com a fratura final, os “liberais dissidentes”, que ficarão com Abel Chermont, são os deputados estaduais Ernestino Sousa Filso, Djalma Machado, Aristides Reis e Silva, João Ferreira Sá, Franco Martyres, Alberto Barreiros e Raymundo Camarão; deputados federais Mário Chermont, José Pingarilho e possivelmente Abguar Bastos e Genaro Ponte e Sousa. Com Magalhães Barata, os “liberais Baratistas”, são os seguintes: Aníbal Duarte, Octávio Mira, Benedito Frade, Bianor Penalber, João Anastácio de Queiroz, Amando Appio Medrado, Arnaldo Matta, Octávio Oliva, Nunes Rodrigues, Synval Coutinho, Thomas Carvalló, Manoel Inocência Pires Camargo e Eurico Romariz.

Durante a crise e quando do seu desfecho, dois grupos representados pela oposição e pelos operários liderados por Luis Martins e Silva tiveram uma atuação destacada.

A oposição do governo de Magalhães Barata começou a se articular no ano de 1932, em princípio motivada pela campanha da constitucionalização deflagrada no Sul do país, ao qual ela viria a aderir, principalmente através dos protestos estudantis que acabaram em conflito armado e com a morte de um estudante.

Mas, poderia ser dito que os objetivos que a levaram a luta era muito mais gerais do que propriamente locais, não refletindo, por exemplo, uma repulsa incontestada do governo do Interventor, que seria deposto sim, mas a substituição seria justificada mais em função dos ideais constitucionalistas, que inspiravam a juventude rebelada.

Em 1933, com a eleição para a Assembléia Constituinte Nacional, apareceria o embrião de uma oposição clara ao governo; mas, o Partido Liberal simplesmente elegeu todos os deputados constituintes – Abel Chermont, Mário Chermont, Rodrigo Veiga Cabral, Clementino Lisboa, Leandro Pinheiro, Luis Geolás de Moura Carvalho, Joaquim Pimenta de Magalhães. Como deputado classista foi eleito Luis Martins e Silva.

Em julho de 1934 a oposição se organiza em uma Frente Única, composta de membros do Partido Republicano Federal e Partido Republicano Conservador, que haviam surgido no período anterior a 1930; e de revolucionários descontentes. O Partido Republicano Federal era liderado por Lauro Sodré, político de longa tradição no Estado. Uma nova força viria para a Frente Única – uma parte do operariado, representada pela liderança do Partido Trabalhista, firma um pacto eleitoral em setembro; em agosto a outra parte da classe operária, agrupada no Partido Social Trabalhista, tinha firmado acordo com o Partido Liberal.

Até então, Martins e Silva, o líder de maior relevo do operariado, ainda estava comprometido com o Partido Liberal. A demora da oposição em se organizar, tinha dado condições especiais ao Partido Liberal. Agora procurava-se a todo custo recuperar o terreno e o tempo perdidos. Era esta a plataforma política da Frente Única Paraense, sob o comando de Samuel MacDowell; Antonio Sousa Castro (PRF) e Florindo Silva (PT). “Frente Única Paraense – as razões que a levam a luta no pleito de 14 de outubro”.

“Manifesto ao Povo do Pará”.¹⁰

- a)** O caso do Pará: a falta de liberdade que oprime e a tributação que aniquila;
- b)** O delírio de grandeza, o favoritismo com que se dissipa o dinheiro do Estado;
- c)** Contra a reeleição indébita;
- d)** Desfraldando a bandeira da Liberdade e do Direito;
- e)** Ajustamento de interesses tratados de forma pessoal;
- f)** Administração pública não pode ser um departamento da vontade absoluta de quem governa (contra o arbítrio);
- g)** Lema: “Respeito à Lei”.

Não resta dúvida que o trabalho desenvolvido pela oposição produziu bons resultados, pois se compararmos o tempo que as organizações partidárias tiveram para conquistar o eleitorado, o desempenho da F.U.P. foi muito bom, mesmo porque, afastada do aparato estatal, só poderia contar com as suas próprias forças. Ela aproveitou muito bem, não só os vazios deixados pelo Partido Liberal, como a própria divisão interna do partido. Isso nos leva a supor, que os políticos que a Revolução de 1930 apeou do poder no Pará, possuíam condições de articulação que os revolucionários não aquilataram devidamente, ou subestimaram o seu poder de influenciar largos setores da sociedade.

¹⁰ Resumo dos principais temas.

O participante mais recente no jogo político, a classe operária, pecava pela sua inexperiência política. Seus líderes, envolvidos em promessas e compromisso com os que exerciam o poder, aceitavam pacificamente a posição subalterna que lhes reservaram no jogo político. Como incidentes, a sua participação política era condicionada por uma espécie de “tutela”¹¹ exercida pelos grupos mais experientes. E isso se aplica indiferentemente à Frente Única ou ao Partido Liberal, e constituía o traço geral no panorama nacional da época.

O líder Martins e Silva, até a greve geral de setembro de 1934, não percebia as tentativas de retirá-lo da liderança do movimento operário. A princípio uma liderança incentivada pelo Interventor, mas cujo crescimento começou a preocupar o grupo de áulicos que o cercava. Preocupação compreensível para quem pretendia mobilizar as massas sob seu comando em organizações especiais; embrião talvez, de um futuro partido político atrelado a esse grupo e ao culto à personalidade de Magalhães Barata.

Durante essa greve geral, é clara a intensão de comprometer a liderança de Martins e Silva junto à população e a própria classe operária e de colocar o Interventor como o mediador ideal para solucionar as

¹¹ “A atitude dos tenentes em relação às massas populares é antes de tudo apresentada como uma ação tutelar justificada pela importância das massas de se rebelar eficazmente contra o poder estabelecido: só o exército teria condições desejáveis para abater esse poder. Ao lado dessa preocupação de tutela em vista da eficácia, a ação tutelar se impõe também para prevenir as consequências desastrosas nas relações sociais que uma intervenção comandada pelas massas populares poderiam provocar. Essa confiança, esse temor, se liga à atitude dos setores dissidentes das forças políticas sem que as massas populares tivessem acesso”. PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Classes Médias Urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política”. In: “História da Civilização Brasileira”. O Brasil Republicano. II vol. Sociedades e Instituições. P. 15.

pendências. O texto que apresentamos foi publicado no órgão oficial do governo, o jornal “Diário do Estado” gerenciado por Anibal Duarte.

A Interventoria continuará a dispensar o seu concurso jamais regateado à causa dos trabalhadores; convicta de que a disciplina e o respeito ao princípio de autoridade não se afastarão da família proletária, a qual permanecerá confiante, hoje como ontem, na orientação de seu verdadeiro líder, chefe e benfeitor – o Sr. Major Magalhães Barata.

Urge, porém, separar do convívio leal e da boa fé dos verdadeiros operários, os elementos refertos de falsidade que ora se desmascaram provando obedecer a reprováveis sentimentos egoístas e procurando conduzir os trabalhadores a uma atitude incompatível com os direitos e as garantias individuais decorrentes da nossa Carta Magna.

Contra esses agitadores sem ideal, que procuram impedir os sindicatos num caminho conveniente a mal disfarçados intuídos de partidarismo faccioso, as autoridades agirão nos termos indicados na lei, reprimindo a propaganda dos processos violentos que objetivem subverter a ordem política e social. Não se confunda greve com anarquia.

A primeira, quando pacífica, é um ato em certos casos aceitável, servindo a comprovar a união de toda uma classe na defesa de fundadas reivindicações.

A segunda constitui um crime contra a coletividade, ameaçando-a na subsistência, na segurança e na própria vida.

Insuflando o movimento generalizado que desde o domingo perturba a cidade, acumpliciando-se com os

agentes comunistas que tentaram ontem pela manhã fechar abusivamente as derivações que canalizam água para as residências (...).¹²

Em novembro, Luis Martins e Silva faz um violento discurso na Constituinte, contra Magalhães Barata. Pouco tempo depois, em entrevista a um jornal do Rio de Janeiro, afirma que sairá um terceiro candidato ao governo do Estado; o nome mais viável é o de Mário Midosi Chermont, que terá todo o apoio do proletariado paraense e também da colônia paraense radicada no Rio de Janeiro. Ele declara ainda, que levará a indicação de Mário Chermont pessoalmente a Getúlio Vargas. Magalhães Barata tinha agora contra si, além dos deputados federais dissidentes e outros revolucionários contrariados, o rompimento formal com um amplo setor do operariado.

A Frente Única ganhava o último e necessário adepto para completar o seu variado matiz ideológico, capaz de torna-la representativa de toda uma situação de crise que havia se instalado no Pará,¹³ e que três meses depois chegaria a um impasse com o pedido de asilo ao Exército, pelos deputados estaduais de ambas as facções.

O impasse surgiu em razão dos deputados asilados no Quartel General do Exército não conseguiram sair para votar, pois a violência dominava o palco. No dia aprazado para a eleição, mesmo sem o quórum necessário, mas adotando o artifício de chamar os suplentes em lugar dos deputados dis-

¹² “Diário do Estado”, 18.09.1934. O incidente da água seria depois atribuído aos partidários mais chegados do Interventor.

¹³ As duas chapas que concorreram ao pleito apresentaram basicamente a mesma composição, exceto num ponto: os operários candidatos eram em maior número na Frente Única do que no Partido Liberal, exatamente o dobro no total das candidaturas; 6 na Frente Única e 3 no Partido Liberal. Os resultados das eleições entretanto não consagraria nenhum.

sidentes até completar a maioria absoluta, os “liberais barataistas” elegem Magalhães Barata para o cargo de governador, Appio Medrado e Mário Barata como senadores.

Após sucessivos recursos aos tribunais eleitorais competentes e declarada nula a eleição realizada sem a presença dos deputados da nova coalizão, os deputados asilados tentaram sair do seu abrigo. Ocorreu então um violento conflito entre eles, protegidos pelo Exército, e a massa anônima e membros das Concentrações Políticas Magalhães Barata, que haviam se concentrado em posições estratégicas ao longo do percurso obrigatório até o local onde seria realizada a nova eleição cujo resultado foi a morte de várias pessoas, ferimentos diversos em alguns deputados e o virtual impedimento de realizar a eleição.

Nomeado outro Interventor, Carneiro de Mendonça, este promoveu a pacificação, ou conciliação dos interesses em jogo. Foram mantidos os candidatos da nova coalizão ao senado – Abel Chermont e Abelardo Condurú – mas, o candidato ao governo foi um terceiro nome, escolhido a partir de uma indicação deles e com o apoio tácito da corrente liderada por Magalhães Barata – José Carneiro da Gama Malcher, Mário Chermont, nome surgido como candidato no momento crucial das articulações das forças políticas de oposição, não atenderia aos objetivos prioritários do Governo Federal no momento, que eram de pacificação nacional e consolidação política do presidente Vargas.¹⁴

¹⁴ A substituição de Magalhães Barata no cargo de Interventor já havia sido cogitada anteriormente, em articulação com o Governo Federal. Em troca de apoio a Getúlio Vargas, a bancada oposicionista paraense na Câmara Federal, havia negociado essa substituição. Ver MEIRA, Octávio. “Memórias do Quase Ontem”. Citando a “Revolta Vermelha” de Hélio Silva, segundo documento sob nº 29. XVII vol, do Arquivo Vargas. P. 323-325.

CONCLUSÕES

•●•

O período compreendido entre a vitória do movimento revolucionário e o advento do Estado Novo em 1937, representa uma fase de definição desse movimento, quando se acomodam as forças conflitantes e se reorganizam as alianças que permitirão a reconstituição das oligarquias.

A Revolução de 1930 foi um movimento ideologicamente contraditório, com demandas diversificadas, objetivando interesses variados e conflitantes. Como Luciano Martins¹ especifica em sua análise do movimento, o choque entre uma variável conservadora, representada pelas oligarquias excluídas do poder, e uma variável modernizadora, representada pelos tenentes, levaria a uma solução parcial dos problemas, a uma “modernização conservadora”; isto é, as bases sócio-econômicas do regime do poder prevalectente na sociedade ficará intocada. A nova articulação de alianças políticas produzidas pela revolução permitirá apenas a modernização parcial em nível econômico, político e social. Os tenentes ao assumirem as interventorias dos Estados, se revelam impotentes diante da tarefa crucial de impor à sociedade uma direção segura para a consecução das reformas pretendidas. “Sem base popular, destituídos de maior coesão, atingidos nos setores em que poderiam encontrar apoio, o tenentismo desaparece como força autônoma”.² A análise do período pós-revolucionário do Pará, corro-

¹ MARTINS, Luciano. “Politique et Développement Economique: Structure de Pouvoir et Systeme de Decisions au Brasil”.

² FAUSTO, Boris. “A Revolução de 1930”. P. 73.

bora o que foi afirmado anteriormente. As conclusões que o estudo dos conflitos entre lideranças existentes no cenário político oferece, podem sem ser resumidas em seus aspectos principais:

1) As características do tipo de liderança exercida por Magalhães Barata, acabariam criando uma situação insustentável dentro da cúpula do Partido Liberal;

2) As reformas implementadas pela Interventoria no período de 1930-1935, não provocariam mudanças significativas na estrutura sócio-econômica;

3) A vitória da ordenação jurídica, com que os liberais dissidentes acabariam premiando a oposição (Frente Única Paraense), pode ser entendida como uma consequência natural de um processo revolucionário conservador, comprometido em preservar a estrutura tradicional, ainda que implementando mudanças capazes de desenvolver e racionalizar a administração.

4) A Liderança de Magalhães Barata, dotada de fortes traços carismáticos e privilegiando uma forma autoritária de exercício do poder, acabou produzindo áreas de atrito em demasia, dividindo o bloco revolucionário que lhe prestava apoio político e conduzindo as facções,

produtos da fratura do bloco revolucionário, a um conflito aberto pelo poder.

A composição de forças dentro do bloco revolucionário era diversificada, isto é, existia uma heterogeneidade de interesse³ que acabariam criando linhas divergentes de solidariedade dentro do partido e no âmbito do governo. O projeto político pessoal do Interventor só fez apressar a aglutinação dos atores em torno de uma ou de outra linha de solidariedade nascente. No início do seu governo esse projeto político era aceito, ainda que não se tivesse completamente explicitado. A implementação clara traria à tona os desajustes e contradições tanto do bloco revolucionário, quanto do próprio projeto. Passados os primeiros meses do governo, já era visível a intenção do Interventor em permanecer no poder. A constatação da sua força política, dadas as suas boas relações com o chefe do governo provisório e em função de sua popularidade junto às massas urbanas ou nos mais longínquos recantos do Estado, convenceu-o da necessidade de continuar a sua “missão” redentora. A forma que encontrou para consolidar seu prestígio carismático foi expressa na interiorização do governo e na mobilização das massas urbanas.

No primeiro caso, percorreu incansavelmente as vastas dimensões do Pará, coisa que nenhum governante havia realizado antes; e para controlar a mobilização

³ O sentido de “interesses” e “solidariedade” é o mesmo que lhes atribui REIS, Fábio Wanderley em “Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político: Um Marco Teórico e o Caso Brasileiro”. In: “*Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*”. BALAN, Jorge (Org.). P. 201.

“Por **Interesse** entendemos simplesmente fim ou objetivo próprio, referindo-se este adjetivo tanto a atores individuais quanto coletivos. **Solidariedade** refere-se ao compartilhamento de objetivos ou interesses. Ambas as expressões são aqui tomadas num sentido que envolve necessariamente a subjetividade dos atores considerados”.

popular, estimulou a criação de um partido político, que representasse os ideais revolucionários, além de outras associações igualmente políticas como a Legião de Outubro; o Clube Político 24 de Outubro; a associação cívica PODER; as Concentrações Políticas Magalhães Barata e dos inúmeros sindicatos nos quais interferiu diretamente na escolha das lideranças ou na sua organização em federações. Seus problemas quanto à permanência ao governo, têm suas origens relacionadas com as características de sua liderança e com a sua imaturidade política. Em relação às características da liderança exercida, ele cometeu um erro que diz muito de sua personalidade autoritária: levar ao exagero o princípio de desobediência às suas ordenações. O fato mais representativo são as inúmeras tentativas de obter a renúncia de deputados eleitos pelo Partido Liberal.

No que diz respeito a sua imaturidade política, é suficiente lembrar os despautérios que cometeu contra membros do bloco revolucionário, ao acatar mais do que deveria, os conselhos de uma assessoria que pretendia uma confrontação direta das forças políticas presentes no bloco revolucionário (ainda que essa assessoria fosse de membros do bloco), pretendendo talvez, um domínio maior. A questão das concentrações se inscreve também nesse âmbito, dado que ao mantê-las, ofereceu motivos excedentes para a ruptura definitiva que já se avizinhava.

5) Ainda que muito apregoadas, as reformas executadas pela Revolução de 1930, não atingiram sequer a estrutura do aparelho do Estado. Foram tomadas algumas medidas reformuladoras, é verdade, mas tais medidas

não tiveram alcance e penetração capazes de marcarem uma época. As políticas implementadas pelo governo não modificaram o quadro existente antes do movimento, pelo contrário, ratificaram por exemplo, o sistema básico de exploração extrativista, agora privilegiando a produção da Castanha-do-Pará, com todas as mazelas sociais decorrentes da exploração absurda do ser humano.

A única inovação do período é o estilo do governo de Magalhães Barata, que, como já afirmamos antes lhe renderá dividendos políticos bastante importantes, a ponto de lhe garantirem no futuro a liderança bruscamente interrompida em 1935.⁴ Se tais mudanças adquiriram maior impacto isso se deve ao estado calamitoso da administração, já constatado pelo governante anterior, Eurico Valle, que ainda tentava solucionar alguns problemas quando foi deposto pela Revolução. De qualquer modo, pelo menos três fatos merecem registro: a redução dos aluguéis em cerca de 25%; a criação da Assistência Judiciária gratuita para as classes mais pobres e medidas referentes a questão da posse da terra. Sobre esse último fato cumpre destacar que, de modo geral a estrutura da propriedade da terra ficou inalterada, embora o Interventor tenha cancelado dezenas de concessões de terras, trazendo de volta ao patrimônio do Estado milhares e milhares de hectares.

⁴ Magalhães Barata foi Interventor em 1934; Senador por dois períodos, um dos quais interrompido para exercer o mandato do Governador do Estado, depois de uma expressiva vitória, cargo no qual viria a falecer em 1959.

Mas essas desapropriações não atingiram áreas cultivadas, eram terras em sua maioria que não haviam sido sequer regulamentadas, demarcadas.

Infelizmente não pudemos avaliar os efeitos do Decreto nº 184 de 12 de março de 1931, que visava beneficiar os lavradores⁵ do Estado, concedendo-lhes lotes de 25 a 50 hectares de terras cultiváveis. Não nos foi possível obter dados que se indicassem efetivamente as concessões, poderiam mudar parte da conclusão exposta antes. Em termos de doação, comprovamos a existência de dados referentes aos posseiros instalados em terrenos denominados “Lobo” e “Guimarães”, aos quais o Interventor daria direitos definitivos.⁶

6) A vitória da ordenação jurídica evidenciou a natureza conservadora do movimento revolucionário expressada não só pela permanência inalterada da estrutura sócio-econômica, como também pela oposição a uma nova forma de organização política caracterizada pela mobilização das massas urbanas e que favorecia o projeto político do Interventor, assentado justamente sob uma liderança carismática, autoritária, com forte apelo a essas massas que demandavam participação real no processo político.

Não é outro o conteúdo do “Manifesto do Povo” apresentado pela Frente Única, onde se pede uma admi-

⁵ O órgão oficial do Pará, encarregado desse arquivo, ITERPA, não permitiu consultas, em virtude de estar se processando a microfilmagem dos documentos.

⁶ A questão dos terrenos dos “Lobo” e dos “Guimarães” (sobrenome dos antigos donos), foi discutida na imprensa com o título “O Comisso dos Terrenos Foreiros da Municipalidade”, onde diversos contratos de enfiteuse atingidos pelo comisso são anulados. “O Estado do Pará”, de 17.03.1931.

nistração impessoal, justa, racional, dentro dos preceitos legais, onde haja igualdade e ainda, que se veja o poder como transitório e não se transforme o aparato do Estado em propriedade particular. Não se desdenha um governo forte, desde que cumpra ordenações legais, certas limitações que os verdadeiros donos do poder colocarão com o fim específico de impedir que o jogo político acabe tendo um só participante, um só vencedor – o chefe do executivo. Parece-nos que o temor era a possibilidade de perde o controle pela incorporação política dessa massa urbana sob o comando de um chefe como Magalhães Barata, pouco afeito às filigranas jurídicas.

Evidentemente as chances da oposição foram únicas, excepcionais e se deveram principalmente pela quebra do pacto que mantinha unido o bloco revolucionário, ainda que precariamente. A partir do momento que passou a exigir mais poder do que o acertado anteriormente, Magalhães Barata acabou rompendo o acordo tácito de mútuo respeito às áreas de cada membro do grupo. Um fato que ilustra bem essa exigência, foi a pressão exercida por ele sobre alguns deputados federais para que renunciasse ao mandato; ou a sua tentativa de constituir uma associação capaz de competir com o Partido Liberal e até superá-lo talvez. Se o partido permitia que outras lideranças firmassem suas posições no espaço interno da máquina partidária, competir com ele significava ameaçar a fatia do poder que pelo pacto havia sido destinada a essas lideranças. As concentrações políticas eram uma ameaça clara ao partido e assim foram encaradas por Abel Chermont. Magalhães Barata sentiu que não havia espaço interno suficiente no Partido Liberal para as duas lideranças. Por outro lado, a organiza-

ção do partido esteve muito mais sob o poder decisório de Abel Chermont do que do Interventor, para continuar sobrevivendo o partido, não precisaria atrelar-se de modo definitivo à pessoa de Magalhães Barata, porque uma vez desenvolvida a sua organização ela teria permanência assegurada; dominar o partido representava participar das suas possibilidades e virtualidades.

A oposição, quando já parecia aceitar sua condição minoritária, em verdade nunca desistiu da luta, mereceu cada voto liberal dissidente. Esteve sempre procurando adesões, em busca do poder, desde 1932, quando alguns de seus membros foram presos por uma suposta tentativa de depor o Interventor e por manifestarem seu apoio à revolta paulista. A motivação maior para a composição das forças foi, inegavelmente, um fato com nítidas vinculações econômicas, pois que os comerciantes representavam a fração de classe mais expressiva e organizada, sendo a partir da luta em nível econômico que começaram a se aglutinar as forças de oposição ao governo. E depois de assumir o governo, José Malcher tornaria sem efeito os decretos sobre impostos e Alberto Engelhard apresentava seu pedido de exoneração do cargo de Diretor da Recebedoria de Rendas.

Com a Frente Única Paraense teremos a volta de partidários de velhas correntes políticas, como o Laurismo;⁷ descendentes de tradicionais famílias como os Chermont, de renome na política; liberais das mais variadas tradições e profissionais liberais identificados com os valores da classe burguesa.

⁷ Corrente política cujo líder foi Lauro Sodré, expoente da política paraense, governador do Estado; Senador e General do Exército. Apareceu inclusive como primeiro candidato da F.U.P. ao governo do Estado e como patrono da oposição.

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

ALTHUSSER, Luis. Resposta a John Lewis. *In: Posições*. 1. Rio de Janeiro(RJ): GRAAL, 1978.

BARATA, Manoel. *Formação Histórica do Pará*. Belém(PA): UFPA, 1973.

BORGES, Antonio. *Negociatas Escandalosas*. Rio de Janeiro(RJ): TYP DO JORNAL DO COMÉRCIO, RODRIGUES & DIA., 1938.

BOTTOMORE, T.B. *As Classes na Sociedade Moderna*. Rio de Janeiro(RJ): ZAHAR, 1935.

CAMARGO, Aspásia Alcântara. *Autoritarismo e Populismo: Bipolaridade no Sistema Político Brasileiro*. Rio de Janeiro(RJ): INDIPO/CPDOC, 1974.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro(RJ): DIFEL, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro(RJ): ZAHAR, 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique & MULLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo(SP): BRASILIENSE, 1977.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo(SP): DIFEL, 1974.

_____. *A Segunda República*. São Paulo(SP): DIFEL, 1974.

CINTRA, A. Octávio. *A Integração do Processo Político do Brasil: Algumas Hipóteses Inspiradas na Literatura*. Rio de Janeiro(RJ): REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Julho/dezembro, 1971.

_____. A Política Tradicional Brasileira: Uma Interpretação das Relações entre o Centro e a Periferia. *In: Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*. BALAN, Jorge (Org.). São Paulo(SP): DIFEL, 1974.

CONDURÚ, Abelardo. *Em Nome da Verdade*. Belém(PA), 1938.

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém(PA): IMPRENSA UNIVERSITÁRIA, 1963. 2 vol.

DAHRENDORF, Ralf. *Las Classes Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial*. Madrid(ESP): EDICIONES RIALP, 1974.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. São Paulo(SP): EDITORA USP, 1975.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo(SP): BRASILIENSE, 1976.

FRANCO, Celina do Amaral Peixoto; OLIVEIRA, Lúcia & HIME, Maria Aparecida Alves. *O Contexto Político da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro(RJ): REVISTA DADOS, N° 7, 1970.

GERMANI, Gino. *Política e Sociedade numa Época de Tradição*. São Paulo(SP): MESTRE JOU, 1973.

GRACIAREMA, Jorge. *O Poder e as Classes Sociais no Desenvolvimento da América Latina*. São Paulo(SP): MESTRE JOU, 1971.

HUNTINTON, Samuel P. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro(RJ): FORENSE UNIVERSITÁRIA, São Paulo(SP): USP, 1975.

LAMARÃO, Paulo (Coord.). *Legislação de Terras do Estado do Pará*. Belém(PA): GRAFISA, 1977.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação. In: *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. São Paulo(SP): DIFEL, 1977. 2 v.

LIPSET, S. & BENDIX, R. Status Social e Estrutura Social: Um Re-exame de Dados e Interpretações. In: *Textos de Sociologia*. Universidade do Brasil, 1975.

LUKACS, Georg. *História y Consciência de Classe*. Barcelona(ESP): GRIJALBO, 1976.

MACHIAVELLI, Niccolo. *O Príncipe*. São Paulo(SP): HUMUS.

MARTINS, Luciano. *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro(RJ): SAGA, 1968.

_____. *Politique et Development Economique, Structure de Pouvoir et Systeme Decisions au Brasil*. Paris(FRA), 1973.

MAX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Lisboa(PT): EDITORIAL PRESENÇA, 1974.

_____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política*. Buenos Aires(ARG): SIGLO XXI, 1972.

_____. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa(PT): GRÁFICA COIMBRA, 1971.

MEIRA, Octávio. *Memórias do Quase Ontem*. Rio de Janeiro(RJ): LIDADOR, 1976.

MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro(RJ): SAGA, 1965.

MOORE, Jr. Barrington. *Los Origenes Sociales de la Dictadura y de la Democracia*. Barcelona(ESP): EDICIONES 62, 1973.

MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class*. New York(EUA): MCGRAW-HILL BOOK COMPANNY, 1939.

NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro(RJ): ZAHAR, 1978.

OSSOWSKI, Stanislaw. *Estrutura de Classes na Consciência Social*. Rio de Janeiro(RJ): ZAHAR, 1978.

PAULANTZAS, N. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro(RJ): ZAHAR, 1975.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na Vida Política. In: *História da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. São Paulo(SP): DIFEL, 1977. 2 v.

PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena Rolim. A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República. In: *História da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. São Paulo(SP): DIFEL, 1975. 1 v.

QUEIROZ, Maria Izauro P. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. São Paulo(SP): DIFEL, 1975. 1 v.

_____. O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira. In: *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo(SP): ANHEMBI, 1957.

QUINTILIANO, Aylton. *Grão Pará: Resenha Histórica*. Belém(PA).

REIS, Arthur C. Ferreira. *Sínteses da História do Pará*. Belém(-

PA): REVISTA DE VETERINÁRIA, 1942.

REIS, Fábio Wanderley. Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político: Um Marco Teórico e o Caso Brasileiro. In: **Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro**. BALAN, Jorge (Org.). São Paulo(SP): DIFEL, 1974.

RELATÓRIO da Diretoria da Associação Comercial relativo ao ano de 1932-1933 apresentado em reunião de Assembléia Geral realizada em 16 de março de 1933.

REVISTA Comercial. Órgão da Associação Comercial. N°s relativos aos anos de 1932, 1933 e 1934.

RIBEIRO, José. **Sobre os Mosaicos do Inferno**. Rio de Janeiro(RJ): IRMÃOS PONGETTI, 1933.

ROCQUE, Carlos. **Enciclopédia da Amazônia**. Belém(PA).

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**. São Paulo(SP): CIA. ED. NACIONAL/MEC, 1978.

ROUSSEAU, J.J. **O Contrato Social**. São Paulo(SP): CULTRIX, 1965.

SANTA ROSA, Virgínio. **O Sentido do Tenentismo**. São Paulo(SP): ALFA ÔMEGA, 1976.

SCHWARTZMAN, Simon. **Representação e Cooptação Política no Brasil**. Rio de Janeiro(RJ): REVISTA DADOS, N° 7, 1970.

SCHWARTZMAN, Simon. Um Enfoque do Regionalismo Político. In: **Centro e Periferia do Desenvolvimento Brasileiro**. BALAN, Jorge. São Paulo(SP): DIFEL, 1974.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **A Verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930**. São Paulo(SP): ALFA ÔMEGA, 1975.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América**. Lisboa (PT): EDITORIAL ESTUDIOS COR, 1972.

VELHO, Octávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro(RJ): ZAHAR, 1972.

VERÍSSIMO, José. **Estudos Amazônicos**. Belém(PA): UFPA., 1970.

VILLELA, Aníbal Villanova & SUZIGAN, Wilson. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira – 1889-1945**. Rio

de Janeiro(RJ): PEA/INPES, 1975.

WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México(MX): FUNDO DE CULTURA ECONÔMICA, 1969, 2 v.

_____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro(RJ): ZAHAR, 1974.

BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO DE BELÉM-PARÁ

JORNAIS:

“O Estado do Pará” – Anos 1931, 1932, 1934 e 1935.

“A Folha do Norte” – Anos 1932, 1933 e 1934 (de janeiro a junho).

“A Crítica” – meses de março, abril, junho e julho de 1932 e de janeiro, fevereiro e março de 1933.

ARQUIVOS PARTICULARES:

Documentos cedidos pela família de Mário Midosi Chermont. **Cartas** de: Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, Nogueira de Faria, José L. Pingarilho e Antonio Leite Chermont. **Telegrama** do comandante das tropas rebeldes em 1030 Assis Brasil, J. Távora, Maurício de Lacerda.

Documentos cedidos pela família de Aníbal Duarte; coletânea de recortes de jornais da época sobre a vida pública de A. Duarte; coleção de exemplares do jornal “Folha da Tarde”, meses de janeiro, fevereiro e março de 1933.

Jornais cedidos pelo Sr. Carlos Rocque, “Diário do Estado”, meses de setembro e outubro de 1934; edição especial de “O Liberal” por ocasião da morte de Magalhães Barata em junho de 1959.

ANEXOS



1 – CRONOLOGIA.

2 – DECRETO Nº 184, DE 12 DE MARÇO DE 1931.

3 – PARTE DO RELATÓRIO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL RELATIVO AO ANO DE A 1932-1933, APRESENTADO EM REUNIÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1933.

4 – CÉDULA DE PROPAGANDA POLÍTICA DO PARTIDO LIBERAL EM 1935.

CRONOLOGIA

ANO	MÊS	DIA	ACONTECIMENTOS
1931	Janeiro	01	Prisão de Eurico Valle, ex-governador; sequestro de seus bens.
		03	Sequestro dos bens de Dionysio Bentes.
		07	Respostas do Interventor à notícia publicada em um jornal pedindo a demissão dos elementos militares responsáveis pelo fracasso do 26 B/C durante a Revolução de 30 e que agora fazem parte do governo revolucionário.
	Fevereiro	03	Várias firmas discordam da taxaçoão referente ao imposto de indústria e profissão.
	Março	02	“A derrubada dos Latifúndios pela Revolução” – 2.200.000 ha voltam para o Estado (a questão agrária vai dominar o noticiário).
		13	Concessão gratuita de terras, lotes de 25 a 50 ha, a quem quiser se dedicar a lavoura.
		17	“O comisso dos terrenos foreiros da municipalidade” – a questão dos terrenos dos Lobo e Guimarães.
		26	Homenagem das classes pobres a Magalhães Barata e L. Pinheiro, pela questão acima (17) estar resolvida: festejos nos bairros – Pedreira; S. João; Queluz; etc.

1931	Abril	01	Fundada a “Legião de Outubro” no Pará. “Será uma escola de civismo, patriotismo e concretização dos verdadeiros ideais revolucionários”.
		15	Mais terras voltam ao patrimônio do Estado: 77.222ha mais 40.000ha no município de Faro.
		25	Instalações de Assistência Judiciária Civil.
	Maio	15	Viagem do Interventor ao Rio; assumiu o governo Mario Midosi Chermont.
	Junho	02	Solucionado o caso Chamié; a dívida fiscal atribuída a F. Chamié e que provocou o embargo dos bens da viúva, foi considerada inexistente.
		06	Os legionários de outubro realizam desfile pela cidade.
	Julho	22	Os revolucionários reafirmam solidariedade a Magalhães Barata e desfazem os boatos de cisão no seio dos revolucionários com a possível saída de César Coutinho de Oliveira da Secretaria de Interior e Justiça. O próprio César participa da monção.
	Agosto	01	Os marchantes ficam contra o Interventor porque este concedeu a Sociedade Cooperativa a exploração dos serviços das carnes verdes.
		29	Protesto de Abguar Bastos contra a acusação de deserção feita ao Tenente Ismaelino de Castro quando das lutas revolucionárias de 1930.

1931	Setembro	16	O Interventor acaba encampando a defesa da realização d Círio de Nazaré na data tradicional (que realizara em outubro).
	Outubro	11	Editorial elogia ação de Magalhães Barata no movimento que permitiu a realização do Círio.
		26	Foi instalado o Clube Político Beneficente 24 de Outubro, na sede do Clube Militar.
	Novembro	04	Ismaelino de Castro é nomeado para a Secretaria de Interior e Justiça.
		17	Ismaelino de Castro, respondendo pela Interventoria, reúne-se com os diretores dos jornais para suspensão da censura.
	Dezembro	07	Foi criado o Partido Liberal no dia 05.12, na residência do Interventor, sob a orientação deste. Primeira diretoria: J.C. da Gama Malcher; Abel Chermont; Pe. Leandro; Rodrigo da Veiga Cabral; Mário Midosi Chermont; Alcindo Cacela; Tem. Ismaelino de Castro; Cel. José Luís da Silva Pingarilho e; Abelardo Condurú.
1932	Janeiro	03	Abelardo Condurú tomou posse como presidente do Clube Político 24 de Outubro.
		06	Campanha contra o Interventor, segundo notícia publicada no jornal Diário da Manhã, de João Pessoa. Origem da campanha: os próprios companheiros revolucionários do Interventor; sobressai a figura de César Coutinho de Oliveira.

1932	Janeiro	08	Getúlio Vargas mantém o ato do Interventor na questão das carnes verdes.
		28	Juarez Távora em Belém: “É preferível o rigor da ditadura a uma constituição apressada”.
	Fevereiro	07	Magalhães Barata viajou com J. Távora para Manaus e I. de Castro assumiu a Interventoria.
	Março	06	Do Amazonas ao Espírito Santo, os Interventores formarão uma frente ampla com J. Távora contra a idéia da Constitucionalização precipitada.
		20	Magalhães Barata apóia Getúlio Vargas na sua decisão de romper com o Rio Grande do Sul.
		22	Incidente contra a Prefeitura e Associação Comercial. Motivo: impostos.
		27	Magalhães Barata viaja para o Rio; assume o governo Clementino Lisboa.
		28	Exonera-se Ismaelino de Castro.
		29	Cisão no grupo revolucionário; especulações com a saída de I de Castro.
	Abril	15	Intrigas dentro do “séquito” cujo objetivo, segundo o jornal A Crítica, é tornar impossível o regresso de Magalhães Barata ao governo.
	Maio	13	Magalhães Barata telegrafa aos companheiros do Partido Liberal agradecendo a solidariedade recebida.
	Junho	03	Harmonia restabelecida na frente revolucionária paraense.
		06	Em seu discurso de regresso, Magalhães Barata afirma que “não deixará o governo por pressões políticas, só deixará pela vontade do povo”.

1932	Junho	08	O Jornal “A Crítica” acusa o jornal o Estado do Pará de fomentar as intrigas políticas.
		13	Campanha motivada pelo “A Crítica” contra os gestos supérfluos da Prefeitura de Belém.
		16	Denúncias feitas pelo “A Crítica” contra a Cooperativa, concessionária do serviço de carnes verdes, pelo favorecimento de alguns. Exonerou-se Abelardo Condurú d cargo de Secretário da Prefeitura de Belém.
		18	Magalhães Barata reconduz Abelardo Condurú ao seu posto.
		20	Estrutura-se a Frente Única: Dionysio Bentes, Sousa Castro, Lauro Sodré, Eurico Valle, César Coutinho de Oliveira, e possivelmente Pedro Chermont de Miranda e José Julio de Andrade.
		28	“A Crítica” reclama da Assistência Judiciária: “defensora dos pobres contra os pobres”.
	Julho	09	Artigo de Antonio Gabriel: o desencanto com a Revolução; promessas não cumpridas; o povo começa a descobrir que os velhos processos permanecem. Há indícios de agitação estudantil.
		12	Nota oficial da Interventoria comentando o levante paulista e apoiando Getúlio Vargas. São detidas várias pessoas, inclusive o ex-governador Sousa Castro e alguns militares da reserva.
		21	Artigo de J. Malato (“A Crítica”) contra um grupo de auxiliares de Magalhães Barata que procura inimizá-lo com o jornal.

1932	Agosto	02	Levante dos alunos do Ginásio Paraense, com danos ao patrimônio do colégio.
		03	É fechado, por ordem do Interventor, o Ginásio Paraense. Abertura de inquérito para punir os culpados. São fechadas também as faculdades de Direito; Medicina; Odontologia.
		04	Suspensão dos jornais “A Crítica” e a “Imparcial” – publicação de materiais censurados – alunos do Ginásio Paraense são desligados ou suspensos como punição pelo levante.
		21	Revoltou-se o 4º Grupo de Artilharia do Costa situado em Óbidos; a revolta começou no dia 19.
		25	Batalha naval defronte de Itacoatiara, Amazonas; os revoltosos de Óbidos são mortos ou aprisionados.
	Setembro	03	Foram libertadas as pessoas detidas em julho como supostamente implicadas em um plano para depor o Interventor.
		06	Levante dos estudantes e elementos da extinta Força Pública. A morte de um estudante mantém acesa as desavenças.
		22	Exonerados os catedráticos de Física, Química e Inglês do Ginásio Paraense, sob acusação de serem solidários à revolta paulista.
	Outubro	25	José Malcher sai da direção do Partido Liberal.
	Novembro	08	Reassume a Prefeitura o Pe. Leandro Pinheiro.
		11	Ameaça de greve dos alunos do Ginásio Paraense.

	Dezembro	03	O nome de Magalhães Barata foi escolhido em reunião do Partido Liberal para candidato ao governo constitucional do Pará.
		08	Acordo proposto e recusado por Magalhães Barata, com Lauro Sodré.
		15	Artigo de Huascar Figueiredo sobre a vigência dos velhos processos políticos.
1933	Janeiro	13	Agitação na classe operária; possibilidade de greve dos trabalhadores dos bondes.
		17	O Congresso dos prefeitos indica Magalhães Barata como candidato ao governo do Pará na fase constitucional.
		18	Artigo de João Malato (“A Crítica”) intitulado “O Terror da Competência” comentando o discurso de Magalhães Barata no qual ele lamentava o afastamento de amigos e companheiros revolucionários. Situando o problema, J. Malato aponta a causa provável dos rompimentos: “espírito de faccionismo estreito e dissolvente que predomina em certo grupo que cerca o Interventor, demasiadamente cioso de suas prerrogativas revolucionárias”
		24	Greve dos operários da Cia. De Eletricidade. Belém perturbada pela suspensão do tráfego dos bondes.
		30	Artigo do jornal “O Estado do Pará” pede atenção do Interventor para o comércio, que teve seus impostos aumentados.
	Fevereiro	02	Reclamação sobre os impostos é levada ao Interventor, que mandou realizar a cobrança pelas determinações de 1931; pede sugestões às classes para normalizar a questão.

1933	Fevereiro	15	O governo aceita a fórmula encontrada pela Associação Comercial sobre a questão dos impostos.
	Março	29	Possibilidade de acordo entre o Partido Republicano Federal e o Partido Liberal.
		30	O Interventor desfaz a possibilidade de acordo com Lauro Sodré (PRF).
	Abril	04	O jornalista Alberto de Andrade Queiroz chega como emissário de Getúlio Vargas, juntamente com seu tio José Júlio de Andrade (PRF), para tentar a aproximação do PRF com o Partido Liberal. Traz algumas críticas de Getúlio Vargas sobre as qualidades dos candidatos paraenses à Assembléia Constituinte. Magalhães Barata não aceita as críticas e o jornalista retorna ao Rio. Protestos dos comerciantes contra os impostos: taxa hospitalar recém-criada e críticas ao chefe da Recebedoria, Alberto Engelhard.
		05	Greve dos comerciantes: o porto ficou parado.
		06	O Interventor mantém as taxas em nota à imprensa.
		07	Continua o movimento da classe comercial; é decretado o fechamento da Associação do Comércio Importador.
		08	Termina a greve do Comércio; são mantidas as taxas; menos uma, a portuária, por ser inconstitucional.
		11	Getúlio Vargas telegrafia a Magalhães Barata: não faz críticas pessoais à chapa do Partido Liberal. Tentativa de solucionar o conflito com a classe comercial: diminuição dos impostos.

1933	Maio	28	Greve paralisa Belém; protestos contra as pressões do representante do Ministério do Trabalho durante as eleições.
	Junho	03	O TER proclama os eleitos para a Assembléia Constituinte: Abel Chermont; Mário Chermont; Rodrigo Veiga Cabral; Clementino Lisboa Leandro Pinheiro; Luis G. de Moura Carvalho e Joaquim Pimenta Magalhães.
	Julho	12	Criação de RUPP, associação política de objetivos revolucionários radicais.
		22	A questão tributária – Abelardo Condurú fala ao Rotary Clube do Pará.
	Agosto	05	Campanha política de Magalhães Barata: viagens ao interior; visitas e asilos, escolas, orfanatos e etc.
	Setembro	12	Crise na Cooperativa que possui a concessão do serviço de carnes verdes.
		17	Ainda o caso da Cooperativa de Indústria Pecuária do Pará: Magalhães Barata nomeia novos dirigentes.
		27	Getúlio Vargas visita Belém.
		30	Dissolve-se a RUPP.
	Outubro	02	Ainda o caso da Cooperativa.
	Novembro	15	É discutida a anistia; começam os trabalhos da Constituinte.

1933	Dezembro	04	<p>Ampla entrevista com Magalhães Barata sobre os temas do momento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Anistia: jamais os revolucionários de 22, 24 e 26 pediram anistia para si; não pretendiam depor armas; pediram para os humildes: praças, alunos militares. • Supressão da Censura à Imprensa: é contra a liberdade de imprensa no regime de execução, pelo abuso que ocorreria. É preciso ser governo para avaliar toda a inconveniência dos atritos provocados pela chamada liberdade de imprensa. • Eleição Indireta do Presidente da República: é a favor da eleição do Presidente pela Assembléia Nacional Constituinte. • Formação do Bloco Norte: é a favor, para a defesa dos interesses do Norte.
1934	Janeiro	14	Abelardo Condurú pede demissão; o novo prefeito é Ildefonso Almeida.
		19	A bancada paraense desmente boatos de desunião ou cisão; as saídas de A. Condurú e J. Pingarilho foram por motivos puramente administrativos.
		25	A questão dos impostos: agora o debate é com os pecuaristas.
	Fevereiro	05	Ainda o debate sobre impostos e atividade pecuária.
		09	Idem.
		26	Magalhães Barata confirma ter pedido demissão por causa da questão de limites com o Amazonas. Mas esclarecimentos prestados pelo Ministro da Justiça e a palavra de Getúlio Vargas fez com que mudasse sua decisão.

1934	Março	01	Magalhães Barata aceita sua candidatura mas preferiria ser substituído, segundo afirmativa sua ao jornal “O Estado do Pará”.
	Abril	01	Longa entrevista do Interventor à imprensa carioca ratifica suas posições expostas em dezembro/1933.
	Maio	08	Crítica do jornal “O Estado do Pará” ao temperamento do Interventor “que ele ouça a todos e delibere por si”.
	Junho	29	Abelardo Condurú rebate as críticas feitas ao seu desempenho como prefeito de Belém.
	Julho	05	O caso da agressão à “A Folha do Norte” repercute na Constituinte.
		13	Paulo Maranhão, Diretor de “A Folha do Norte”, foi deportado para o Rio de Janeiro.
		16	Atentado à “A Folha do Norte”.
		19	Inquérito na Cooperativa para apurar irregularidades na escrita.
		27	Organização da Frente Única da oposição reunindo os Partidos Republicano Federal e Republicano Conservador; revolucionários dissidentes.
	Agosto	01	Lauro Sodré é candidato da Frente Única ao governo.
		02	Paulo Maranhão volta à Belém.
		05	Leandro Pinheiro é expulso do Partido Liberal. Magalhães Barata é indicado como candidato do Partido Liberal. Pacto entre o Partido Social Trabalhista e o Partido Liberal
		22	O Partido Trabalhista do Pará ingressa na Frente Única.

1934	Agosto	29	“A Folha do Norte” acusa Magalhães Barata de tentar acabar com o deputado Martins e Silva.
	Setembro	09	Entre as razões que levam a Frente Única à luta está “a falta de liberdade que oprime e a tributação que aniquila”.
		16	Greve geral dos operários liderada por Martins e Silva por aumento salarial.
		22	Segundo Martins e Silva a greve acabou porque ele transigiu em algumas reivindicações.
		23	José Avelino, membro do Partido Liberal, é assassinado na Confeitaria Central. “A Folha do Norte” é atacada à bala.
		27	Afastamento de Abelardo Condurú do diretório do Partido Liberal; desliga-se também o deputado Veiga Cabral.
		Outubro	04
	08		Membros do Partido Liberal são acusados de atacarem a tiros uma manifestação dos estudantes ao Gal. Sotero de Menezes.
	11		Lauro Sodré chega a Belém.
	12		Roberto Carneiro de Mendonça chega a Belém com a missão de presidir as eleições, como delegado de Getúlio Vargas
	15		O pleito decorreu pacificamente.
	18		Magalhães Barata reassume o governo do qual se afastou somente sete dias.

1934	Novembro	01	Luta no sindicato do livro e do jornal quando se escolhia o representante que irá ao Rio para a eleição classista.
		08	Getúlio Vargas estaria decisivamente empenhado em promover a pacificação geral do país.
		26	Martins e Silva faz violento discurso contra o Interventor, na Constituinte, acusando-se de ser responsável pela fraude; 3.000 eleitores que não são sindicalizados, constam da relação de nomes que Mário Chermont possui para a eleição classista.
	Dezembro	01	Boatos sobre a renúncia ao mandato por parte de Genaro Ponte e Souza.
		02	Boatos sobre a renúncia de J.L. Pin-garilho e Fenelon Perdigão.
		03	Proclamado o resultado das eleições. O Partido Liberal fez 7 deputados federais contra 2 da Frente Única e 21 deputados estaduais contra 9 da Frente Única.
		12	Consulta de Genaro Ponte e Souza e Aeylino Leão sobre a Incompatibilida-de de seus cargos e o mandato de de-putado federal, considerando-se “elei-tos deputados pelo Estado do Pará”.
		14	Martins e Silva fala em um 3º candi-dato ao governo do Pará: Mário Cher-mont.
		16	Manifestação de solidariedade a Ma-galhães Barata pelos deputados elei-tos pelo Partido Liberal, confirmando-o como candidato ao governo.

1934	Dezembro	24	Telegrama de Martins e Silva dizendo que a colônia paraense no Rio de Janeiro apóia Mário Chermont e que ele próprio levará o nome a Getúlio Vargas.
		27	Saem do Partido Liberal: Genaro P e Souza; Abguar Bastos; Acylino Leão Rodrigues.
		28	Abel Chermont, Clementino Lisboa e Mário Chermont prestam solidariedade a Magalhães Barata. É raptado o Sr. G. Pinte e Sousa. J.L. Pingarilho renuncia aos seus cargos no Partido Liberal.
1935	Janeiro	01	Reapareceu o Sr. Genaro Ponte e Sousa; sofreu violências físicas e morais nas mãos de seus raptadores.
		04	Lauro Sodré, em entrevista ao Diário de Notícias no Rio de Janeiro, fala de uma possível deserção da bancada liberal. Negativa da bancada em nota oficial.
		05	O Interventor telegrafia a Lauro Sodré protestando contra a sua ingerência nos assuntos internos do Partido Liberal.
		06	Magalhães Barata viaja para o Rio de Janeiro.
		18	Discurso de Magalhães Barata, no seu retorno do Rio; afirma que só deixará o governo pela força das armas; “enquanto estiver no Pará, o povo só cairá quando eu cair”.

1935	Fevereiro	23	As eleições no Pará foram validadas pelo TSJE.
	Março	16	Notícia sobre possível desavença no Partido Liberal.
		20	Benedito Frade, deputado estadual, renunciou por motivo de saúde. Pertencia ao Partido Liberal.
		26	Magalhães Barata em nota aos jornais, esclarece que as divergências com Abel Chermont se prendem unicamente às “Concentrações Magalhães Barata”.
		27	Nota de Abel Chermont confirma as palavras de Magalhães Barata e reafirma a coesão do Partido Liberal em torno de Magalhães Barata.
		30	Pingarilho, deputado federal pelo Partido Liberal, telegrafia a Magalhães Barata sobre a sucessão estadual – pede para ele desistir e aponta os nomes de Abel Chermont, Mário Chermont e Abelardo Condurú como possíveis candidatos.
		31	José Malcher desiste da senatoria; M. Barata indica Mário Chermont.
	Abril	01	Mário Chermont em entrevista aos jornais, desmente sua candidatura ao governo estadual.
		02	Instalações da Assembléia Constituinte do Estado.
		03	Escolha da mesa diretora da Assembléia Constituinte Estadual: Presidente Appio Medrado; Vice Presidente Manoel Inocêncio Pires Camargo; 2º Vice Presidente Synval Coutinho; 1º Secretário E. Souza Filho e; 2º Secretário Franco Martyres.

1935	Abril	04	Pedido de asilo pelos deputados estaduais pela Frente Única e os deputados dissidentes do Partido Liberal, ao Quartel General do Exército. Requisição de forças federais para garantir a eleição livre.
		05	A bancada do Partido Liberal fiel a Magalhães Barata o elege governador com o artifício de chamar suplentes no lugar dos dissidentes. Tiroeio impediu que os refugiados no Quartel General pudessem chegar até ao local onde se procederia a eleição. Resultado: 4 mortos e muitos feridos gravemente.
		07	TSJE pede a demissão de Magalhães Barata e a nomeação de um novo Interventor. É escolhido o Major R. Carneiro de Mendonça que logo chegará a Belém.
		09	Manifesto de Abel Chermont historiando a dissidência no Partido Liberal. Segundo ele, o objetivo era a destruição do partido com as concentrações formando o núcleo do novo partido de Magalhães Barata e; a substituição do seu nome, por um outro amigo de Magalhães Barata, na candidatura ao Senado.
		12	Chega R. Carneiro de Mendonça a Belém.
		16	Tropas auxiliares se deslocam para Belém.
		23	Manifesto dos dissidentes do Partido Liberal lançando a candidatura de José Malcher do governo do Estado.

1935	Abril	24	Getúlio Vargas telegrafia a Magalhães Barata solicitando apoio para José Malcher.
		26	Appio Medrado nega-se a convocar a Assembléia Constituinte.
		27	O STJE determina: Assembléia Constituinte se reunirá amanhã às 14 hs, para eleger o governador.
		28	Manifestação expressiva do alto comércio de apoio à candidatura de José Malcher.
		29	Eleito o governador Dr. José Carneiro da Gama Malcher.
		30	Banquete a ser oferecido pelo comércio aos deputados da Frente Única e dissidentes do Partido Liberal; “homenagem de gratidão do comércio”.
	Maio	04	“Para o regime da Lei!”, assume hoje o governo o Dr. José Malcher.
		10	O Governador e o Prefeito baixaram decretos extinguindo os impostos de aquisição, de exportação, indústria e profissão.
		22	Luta entre as facções lideradas por Magalhães Barata e Abel Chermont, pela posse do Partido Liberal.
	Junho	04	O TER mandou registrar a comunicação referente ao diretório do Partido Liberal para o biênio 34/36 sob a presidência de Magalhães Barata.
		16	Organizado o diretório do Partido Popular do Pará, que dará suporte político ao governo de José Malcher.
		30	Os liberais dissidentes afirmam solidariedade ao governador do Estado.

DECRETO Nº 184, DE 12 DE MARÇO DE 1931

“O ESTADO DO PARÁ” – 13.03.1931

“O programa revolucionário vai tendo fiel cumprimento no Pará”.

“No intuito de intensificar a agricultura, o governo concede lotes de terras agrícolas, isentos de qualquer ônus, a quem quiser dedicar-se à lavoura”.

“O Capitão Interventor baixou, ontem, o seguinte Decreto nº 184, de 12 de março de 1931, que altera e amplia os artigos 62 e 64 do Regulamento de Terras do Estado, para beneficiar os lavradores do Pará, isentando-os de impostos, taxas, selos e quaisquer ônus para aquisição de pequenos lotes de terras devolutas”. O Capitão Interventor Federal neste Estado, etc...

Considerando que o governo revolucionário, cumprindo o programa da Revolução triunfante, tem por objetivo intensificar a agricultura e amparar as classes proletárias, há longos anos oprimidas pelos homens do Governo e pelas leis que, longe de favorecer no seu labor, as asfixiavam com entraves materiais de impostos imoderados, na aquisição de pequenos lotes de terras, ao mesmo tempo que prodigamente, concediam, gratuitamente, a negociatas, bafejados pela politicagem, milhares e milhões de hectares de terras devolutas.

Considerando que, a maioria dos lavradores que da terra arrancam o seu sustento e de suas famílias concorrendo diretamente para a riqueza pública, ou trabalham em terras particulares, pagando foros ou licenças, ou em terras devolutas pagando o talão de ocupação, porque lhes faltam recursos para adquirir sua pequena propriedade.

Considerando que uma só concessão, deferida pelos governos paraenses da velha República, de um milhão de hectares de terras devolutas, mais de duzentas léguas quadradas, das que este governo passou a pessoas idôneas, dá, fartamente, para contemplar em lotes coloniais de 25 e 50 hectares a todos os lavradores e pessoas que quiserem se dedicar à agricultura do Pará.

DECRETA

Art. 1º - Os títulos definitivos das concessões de lotes agrícolas, de que trata o parágrafo único do art. 64 do Regulamento de Terras do Estado, ficam isentos de pagamentos de emolumentos, taxas, selos e quaisquer outros ônus, não somente os que forem agora requeridos como os que estiverem em andamento ou parados, há anos, na Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação.

Art. 2º - Os lotes de terras agrícolas podem ser concedidos em qualquer parte do Estado e terão a extensão de 25 hectares – (250 x 1000m) quando o requerente disponha até 5 pessoas de família e 50 hectares, quando exceda esse número.

Art. 3º - A prova referente ao número de pessoas de família do requerente, que vivam sob o mesmo teto e às suas expensas, é feita por simples atestado de juiz, prefeito municipal, delegado e comissário de polícia da região, e deverá acompanhar, isento de selos, a petição

solicitando ao secretário de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação o pedido de terras.

Art. 4º - Serão fornecidos gratuitamente os bilhetes de localização dos lotes coloniais existentes, bem como não pagarão mais os pequenos proprietários agrícolas, como eram obrigados pelo art. 62 do Regulamento de Terras do Estado, e “despesas de medição de suas terras e os emolumentos e selos que estavam sujeitos pelo bilhete de localização”.

Art. 5º - Os prefeitos e sub-prefeitos municipais do Estado, escolherão terras agrícolas em que possam ser fundados núcleos coloniais para localização de pessoas sem trabalho, prestando-lhes o auxílio necessário de acordo com as possibilidades de cada prefeitura ou sub-prefeitura, estendendo-se diretamente, a respeito, com as Secretarias de Obras Públicas, Terras e Viação, e Agricultura e Pecuária.

Art. 6º - O Secretário de Obras Públicas, Terras e Viação fará demarcar ouvido o Secretário de Agricultura e Pecuária, novas colônias para fixação dos lavradores e discriminar, por funcionário técnico de sua secretaria, os lotes agrícolas que lhes forem requeridos, de acordo com este decreto.

Art. 7º - Os favores do presente decreto são extensivos às praças do Exército, Armada, da extinta Força Pública Militar do Estado, operários e pescadores.

Art. 8º - Os lotes concedidos por força deste decreto são inalienáveis, constituindo bem de família, o qual só poderá ser transferido por sucessão, nos termos do art. 70 do Código Civil Brasileiro, ficando o proprietário obrigado a no prazo de 6 (seis) meses a contar da data do recebimento do título, a desobrigar-se da existência legal do art. 78 do referido Código.

Art. 9º - Caducarão os títulos desses lotes desde que seus proprietários, dentro do prazo de três anos não os beneficiem, construindo casa ou barraca e plantando árvores frutíferas e roças.

Art. 10º - Revogam as disposições em contrário.

O Secretário de Estado de Obras Públicas, Terras e Viação assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de Março de 1931.

(aa.) Joaquim de Magalhães Cardoso Barata
Capitão Interventor

**PARTE DO RELATÓRIO DA DIRETORIA
DA ASSOCIAÇÃO CO-MERCIAL RELATIVO
AO ANO DE A 1932-1933, APRESENTADO
EM REUNIÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL
REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1933.**

IMPOSTO DE AQUISIÇÃO E CONSUMO

Atravessando o nosso Estado, quiçá, todo o país, um período de reformas na sua máquina administrativa, justo, lógico mesmo, era que se operasse também certas modificações no seu sistema tributário.

Conforme sabeis, o Sr. Major Interventor Federal tomando em consideração o apelo que lhe foi dirigido por esta Associação e suas congêneres e Associação do Comércio Importador, União Comercial, Associação dos Retalhistas e Sindicato dos Industriais, aboliu o orçamento estadual, para o corrente exercício, os Impostos de Consumo, cobrados sobre as mercadorias importadas, no ato da entrada, e que outros não eram senão impostos interestaduais e intermunicipais, mascarados com aquela denominação, criando em substituição aos mesmos o “IMPOSTO DE AQUISIÇÃO E CONSUMO”, de acordo com os planos apresentados pelo nosso competente e digno amigo Sr. José da Costa Castro e discutido em reunião dos representantes daquelas Associações de Classe, realizada em nossa sede no dia 11 de fevereiro do corrente ano.

Incidindo esse ônus somente sobre as mercadorias em giro e aplicado sem os atropelos e vexames, que sempre se davam com os primeiros, fácil é de calcular os benefícios que virá proporcionar ao nosso comércio.

Não devemos deixar de reconhecer o grande serviço que mais uma vez vem de prestar-nos o Sr. Interventor Federal, aquiescendo, como aquiesceu, aos nossos apelos, em questão assaz de tão alta importância, em que geralmente, os governos são sempre intransigentes, como as de caráter tributário.

Tratando-se de um imposto novo e ainda não bem esclarecido, tem surgido, é certo, na aplicação, algumas dúvidas ou mal entendidos, os quais, no entanto, as autoridades fiscais não deixarão de ir corrigindo, no interesse, não só do comércio, como do próprio Estado.

Uma das controvérsias então levantadas foi a de se o imposto de 3% recaia também sobre os produtos exportados, que já pagam direitos de exportação. Não constando da lei que criou o imposto de “Aquisição e Consumo” exceção alguma a este respeito, claro estava que as autoridades procurassem cobrá-los também sobre os produtos em apreço, o que motivou pronta reclamação dos interessados, por intermédio desta Associação, felizmente atendida por S. Excia. o Sr. Interventor.

Também a pedido dos interessados, conseguimos de S. Excia. que fossem isentos do referido imposto a borracha e castanha de procedência boliviana, peruana, federal, amazonense e mato-grossense aqui entradas, para serem beneficiadas e negociadas.

Estamos certos de que, com a prática, tudo se esclarecerá e tanto o nosso comércio como o erário público estadual se sentirão satisfeitos, aquele sem os gravames anteriores, que lhe tolhiam a liberdade, e este pelo segmento da arrecadação fácil de suas rendas.

Pelos documentos que adiante inserimos, vos certificarem minuciosamente sobre este assunto em que tomamos parte saliente, como era de nosso dever.

CÉDULA DE PROPAGANDA POLÍTICA DO PARTIDO LIBERAL EM 1935

POVO PARAENSE

A honra, a dignidade e a felicidade da tua terra, precisa ser conservada:

O teu benfeitor, o glorioso e bravo Major Barata, tem que continuar governador do Pará!

Não consintas absolutamente que te tirem aquele que te dá pão, saúde, instrução e liberdade!

Vem às praças públicas proclamar com vibração, o nome augusto de Magalhães Barata, para provares ao Major Carneiro de Mendonça que tens orgulho e gratidão, honra e dignidade!

Viva o Major Barata!

Viva o Major Carneiro de Mendonça!

Viva o Pará!

SOBRE A AUTORA

DENISE SIMÕES RODRIGUES, doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Titular da UEPA, ministra aulas nos cursos de graduação (Pedagogia), e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordena pesquisas no campo das relações entre a Sociedade e a História da Educação na Amazônia e sobre Sociologia e suas interfaces com a Literatura. Professora Adjunto aposentada da Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Pesquisa Sociedade, Ciência e Ideologia (SOCID), cadastrado no CNPq. Publicou o livro *Revolução Cabana e Construção da Identidade Amazônida* (Belém/PA, EDUEPA, 2009)

E-mail:

denise.simoed@uepa.br

dedecasimoed47@gmail.com



[2023]

EDITORA CABANA

Trav. WE 11, N.º 41 (Conj. Cidade Nova I)

67130-130 – Ananindeua – PA

Telefone: (91) 99998-2193

contato@editoracabana.com

www.editoracabana.com

